



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES



**PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL
DE
VITOR MEIRELES**

VOLUME I

LEVANTAMENTO DE DADOS

PLANO DIRETOR REGIONAL PARTICIPATIVO

PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL DE VITOR MEIRELES

VOLUME I – LEVANTAMENTO DE DADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

LOURIVAL LUNELLI- Prefeito Municipal

- Vice-Prefeito

Rua Santa Catarina, 1122 – Centro – Fone/Fax: (47) 3258-0211– CEP: 89148-000

normapdi@ibirama.sc.gov.br

www.vitormeireles.sc.gov.br

ELABORAÇÃO:

AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

AGOSTINHO SENEM – Secretário Executivo Interino

MARISTELA MACEDO POLEZA – Arquiteta Coordenadora Geral do Plano Diretor Regional Participativo

NORMA LEINDORF BARTZ - Arquiteta Coordenadora do Micro-polo 2 – Ibirama

EQUIPE DA PREFEITURA:

Vanessa Bloemer – Estagiária

COLABORAÇÃO:

Ivandro Anzini

VEREADORES:

Francisco Jeremias– Presidente da Câmara

Anildo Francisco

Vilásio Jairo Moretti

Amélio Rodrigues

Natal Tose

Pascoal Tose

Miguel Watras Primo

João Batista Mazoti

José Branger

INTRODUÇÃO

O Plano Diretor é um conjunto de diretrizes e propostas, descritas na forma de lei municipal, com o objetivo de garantir o futuro desenvolvimento socioeconômico e a organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana do município, definidas para curto, médio e longos prazos, sendo sua implementação de responsabilidade de cada prefeitura.

Por falta de um Plano Diretor que oriente o crescimento ordenado do município, a qualidade de vida dos Vitormeiirelense está sendo questionada no sentido de garantir às futuras gerações uma vida saudável, pois como não há uma legislação específica que estabeleça as Diretrizes Básicas para o desenvolvimento ordenado do município, não há possibilidade de se ter um controle urbanístico eficaz. Por este motivo, a Administração Municipal preocupada com o desenvolvimento e o equilíbrio do município, juntamente com a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí se empenhou em realizar o 1º Plano Diretor do Município.

Assim, este Levantamento de Dados é o primeiro passo na elaboração do Plano Diretor. Partindo-se do levantamento de dados sócio-econômicos e físicos territoriais do município teremos um diagnóstico da realidade local, que servirá de base para elaboração propostas e diretrizes para o desenvolvimento harmônico do município através da elaboração do Projeto-de-Lei do Plano Diretor.

ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS/CULTURAIS

Caracterização do Município

Histórico - Colonização de Vitor Meireles

O início da colonização ocorreu paralelamente a instalação das primeiras famílias no município de Ibirama.

Os colonizadores eram descendentes de europeus e vieram para a região com a finalidade de fundar vilas e povoados.

No ano de 1897, ingressaram imigrantes, na sua maioria descendentes de alemães, que passaram a desenvolver a agricultura e a explorar a madeira.

Através da Lei Estadual número 7.579 de 26 de abril de 1989, estabeleceu-se município de Vitor Meireles, cuja efetiva instalação aconteceu em 01 de janeiro de 1990.

Localização do Município

Vitor Meireles está localizada no Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina, a uma latitude 26º52'51" Sul e uma longitude de 49º49'58" Oeste. Para efeito de planejamento estadual, o município integra a microrregião do Alto Vale do Itajaí composta por 28 municípios e cujo centro polarizador é Rio do Sul.

Área Territorial: Fonte: IBGE	371.560 km²
Ano de Instalação:	1990
Microrregião	Vale do Itajaí
Mesorregião	Vitor Meireles
Altitude da Sede:	370 m
Distância à Capital:	149.7397 Km
Gentílico:	Vitormeiirelense

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

Aproximadamente no ano de 1935. com os primeiros Imigrantes. nascia o povoado de Rio Preso. o lugar, já era conhecido por caçadores e até mesmo o interesse em colonizar pela abundância da caça, por agricultores da comunidade vizinha Barra Dollmann. que subiam o rio com canoa até onde era possível e pelo fato do rio estar entre barrancos e mata dos dois lados parecia estar preso, por este motivo o povoado recebeu o nome de Rio Preso.

Esta denominação perdurou por uns dez (10) anos. quando em 1945. o povoado de Rio Preso. registrou-se oficialmente com o nome de Alto Rio Dolimann. Anos após. o povoado de Alto Rio Dolimann. muda o nome da pequena cidade para Forcação. o motivo para esta denominação se deve a junção dos rios Fachinal e Palmitos. que se encontram no centro desta cidade e formam uma forca (um V ou Y).

Este nome permaneceu até o ano de 1967. quando o escrivão Alceste Moser. entrou com um projeto na câmara de Vereadores do Município de Ibirama. ao qual o povoado Forcação pertencia. para que a atual denominação fosse mudada para Vitor Meireles.

Alceste Moser na época era vereador desta Cidade e conseqüentemente representava a mesma, junto ao Legislativo do Município. e o projeto de lei foi aprovado. A comunidade recebeu esta denominação. por ser um personagem de grande destaque no cenário Catarinense e ate Nacional. através de suas pinturas. Vitor Meireles e também. por haver enganos nas correspondências e na localização desta cidade. porque no atual Município de Doutor Pedrinho. havia. e ainda existe. urna localidade chamada de Forcação.

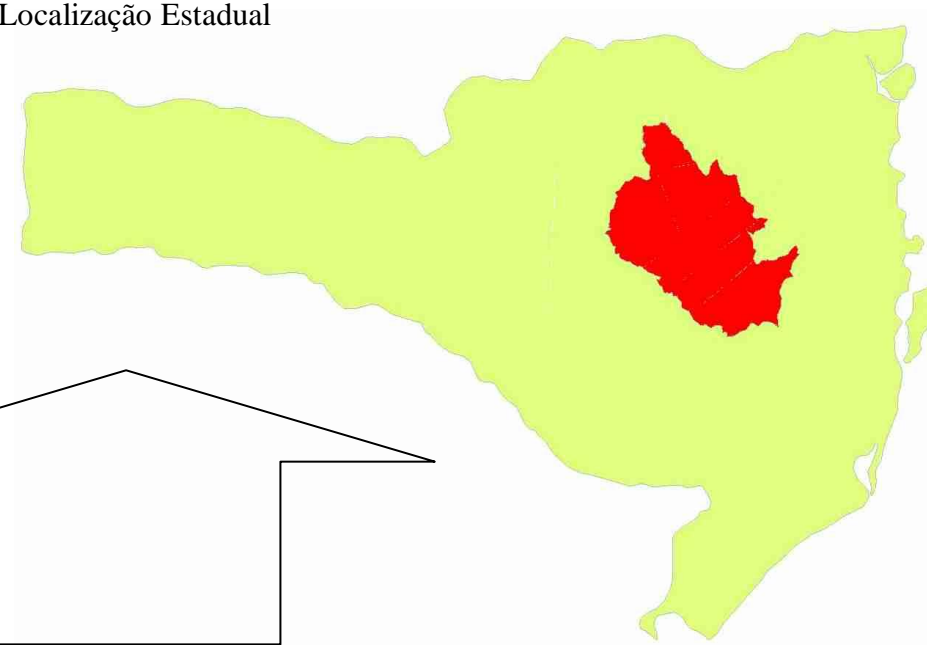
Em 26 de abril de 1989. após todo o trabalho feito pelas lideranças locais. tendo o apoio da maioria dos Deputados da Assembléia Legislativa, do Estado de Santa Catarina. emancipava-se o município de Vitor Meireles. desmembrado do município de Ibirama, através da Lei Estadual Nº 7.579/89. de 26 de abril de 1989.

O município de Vitor Meireles /SC. emancipou-se do Município de Ibirama/SC. no dia 24 de abril de 1989. e implantou-se no dia 1º de janeiro de 1990. Os habitantes do Município de Vitor Meireles/SC são descendentes de origem Italiana, Alemã e Polonesa.

Parte da reserva Indígena Duque de Caxia do Município de José Boiteux aproximadamente 34% da mesma está instalada rio município de Vitor Meireles/SC. onde habitam aproximadamente 70 famílias de origem das tribos Xocréns, Kalgang, Guaranis e Butucudos. Em números aproximado de 500 habitantes.



Localização Estadual



**ALTO VALE
DO ITAJAÍ**

Informações Geográficas do Estado de Santa Catarina

Área: 96.443 km²

Litoral: 561.4 km

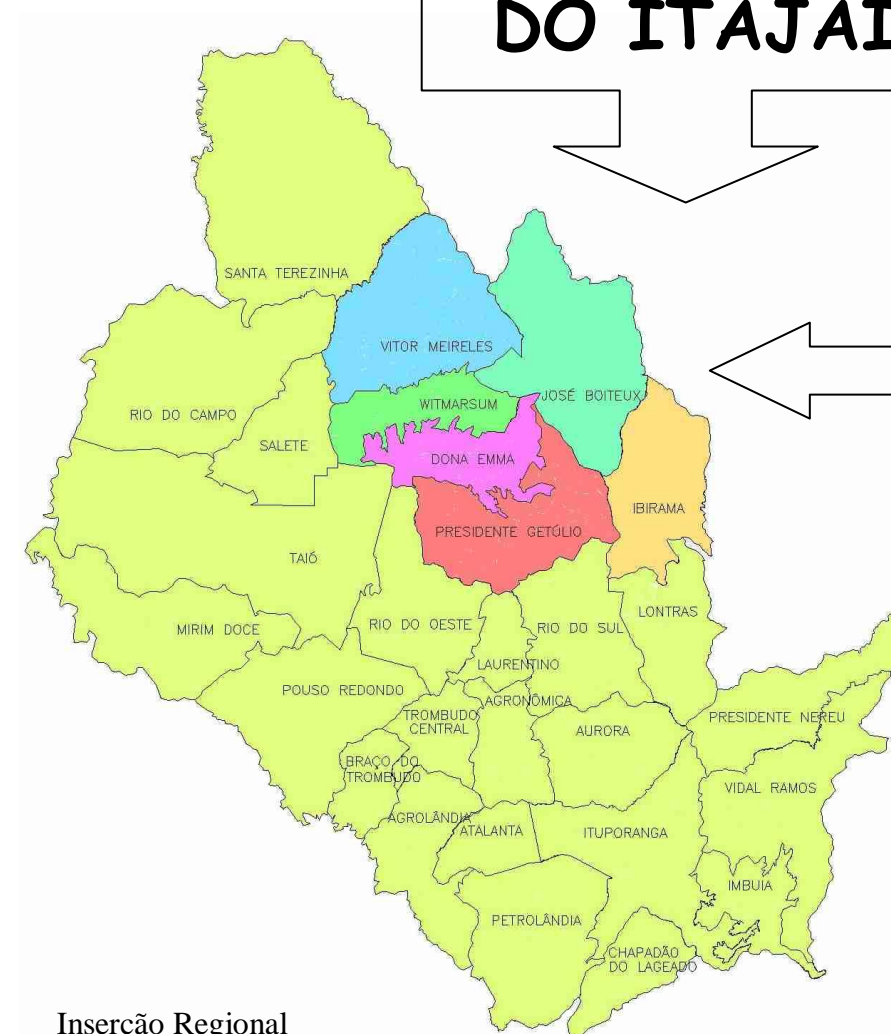
Divisas

Sul	Rio Grande do Sul
Norte	Paraná
Leste	Oceano Atlântico
Oeste	Argentina

Fuso Horário:

Menos 3 horas em relação à Greenwich (Londres - GMT -3)

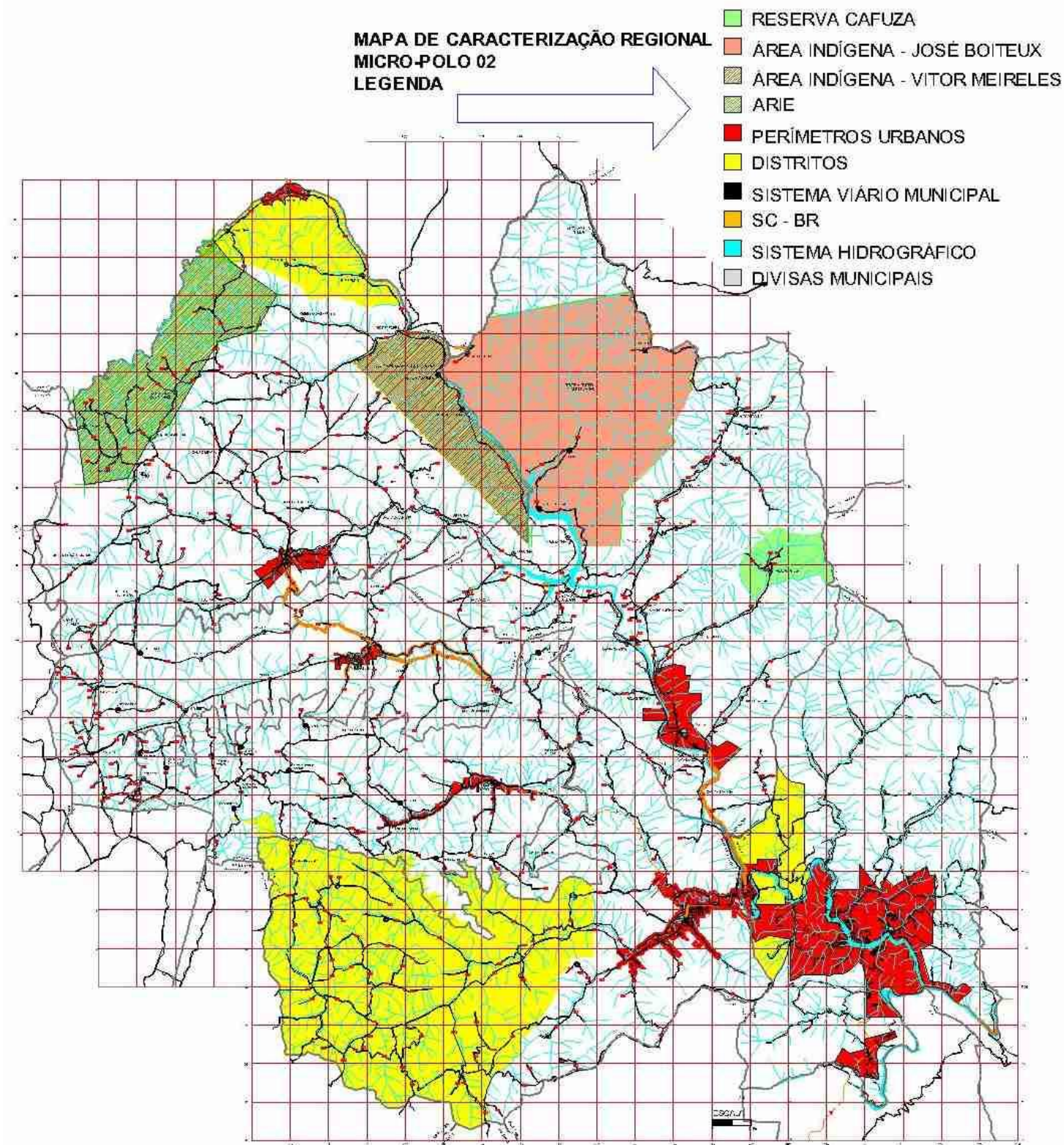
Localização no País



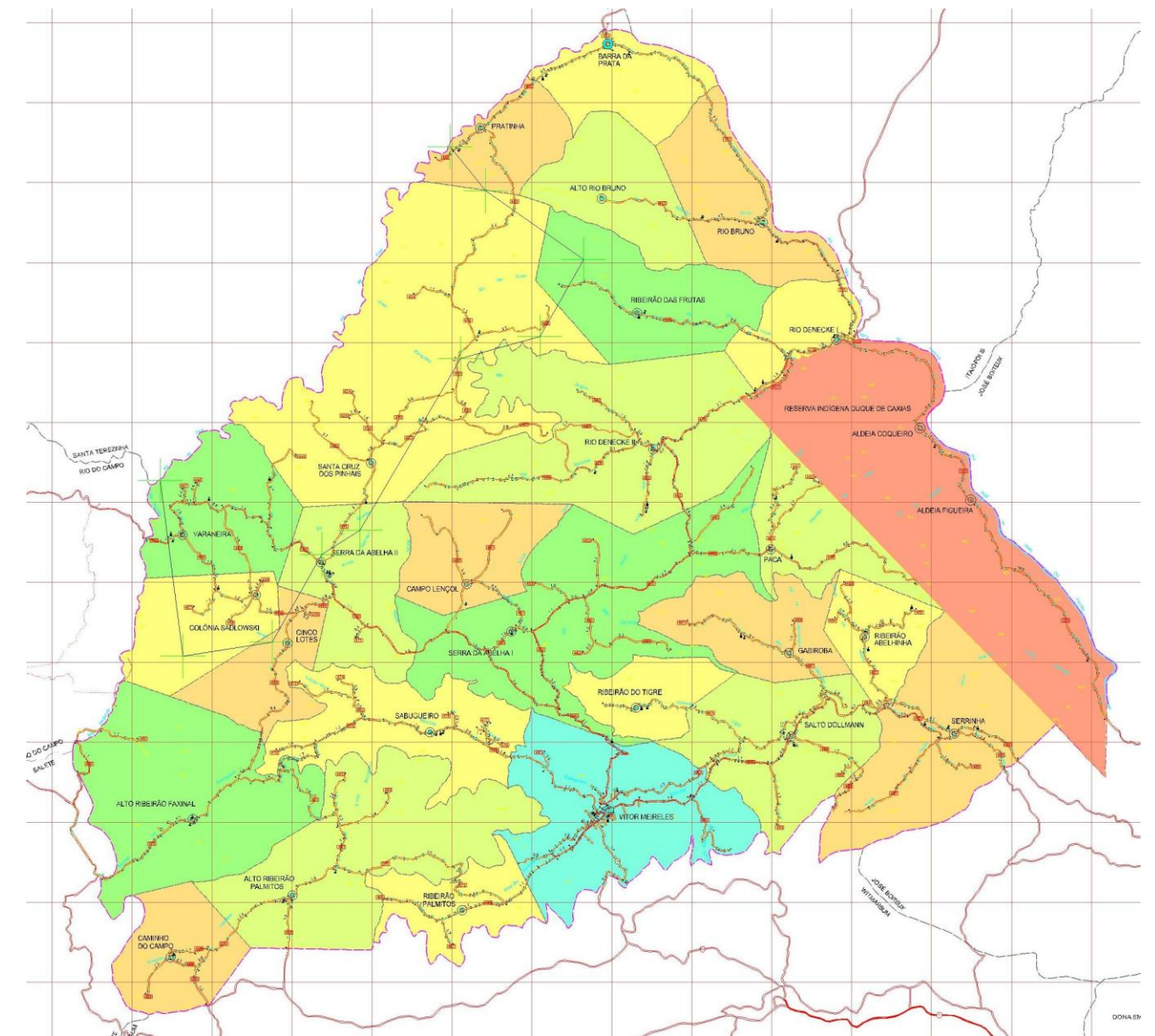
**MICRO-POLO
02**

Inserção Regional

MAPA DE CARACTERIZAÇÃO REGIONAL MICRO-POLO 02



Mapa do Município de Vitor Meireles



Aspectos Gerais

A área total do município é de 371,56 km², sendo 3,683 Km² a área do perímetro urbano e 367,877 Km² de zona rural. A altitude média em seu núcleo urbano, é de 370 metros acima do nível do mar.

As divisas municipais de Vitor Meireles são em sua maioria delimitadas por divisores de água (cumeadas de montanhas que separam duas bacias hidrográficas), por cursos d água ou por linha seca.

As divisas intermunicipais do município de Vitor Meireles, definidas pela Lei Estadual nº 11.340/00, são:

- ao Norte: Itaiópolis;
- ao Sul: José Boiteux e Witmarsum;
- ao Leste: José Boiteux;
- ao Oeste: Itaiópolis, Rio do Campo e Salete;

Áreas dos Municípios do MICRO-POLO 02

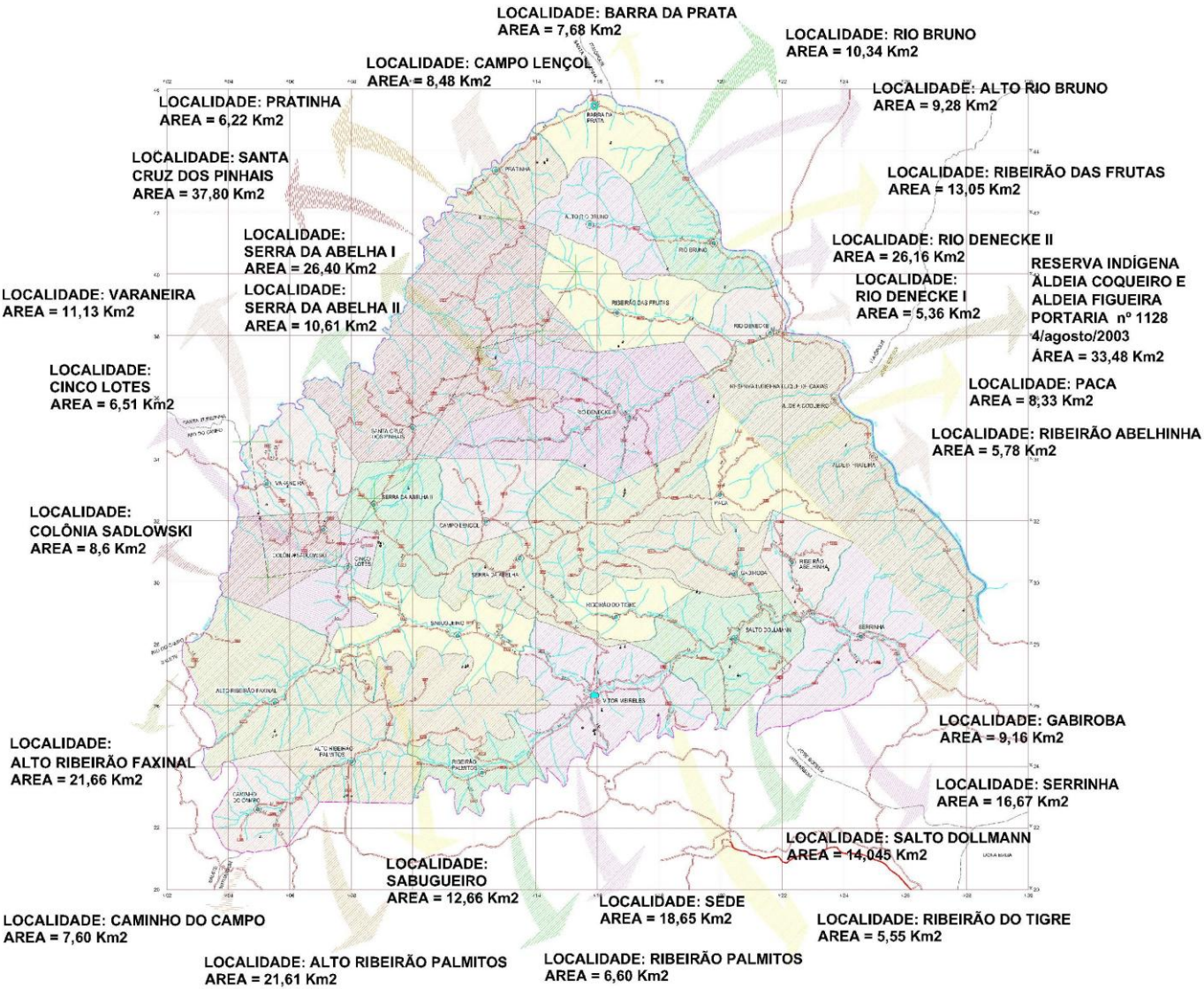
ÁREAS - Km2 - MICRO-POLO 02					
MUNICÍPIOS	URBANA/sede	URBANA/isolado	URBANA/distrito	TOTAL	RURAL
IBIRAMA	40.922	2.642	6.704	246.705	196.437
PRESIDENTE GETÚLIO	8.620		11.116	295.650	275.914
DONA EMMA	3.800			181.018	177.218
WITMARSUM	1.556			150.798	149.242
VITOR MEIRELES	3.683			371.560	367.877
JOSÉ BOITEUX	10.384			405.519	395.135
TOTAL	68.965	2.642	17.820	1.651,25	1.561.823

FONTE: IBGE - ATLAS 2000

Em termos de divisão política, o município é dividido nas seguintes localidades (ainda não aprovadas em Lei):

- 1- SEDE
- 2- RIBEIRÃO PALMITOS
- 3- ALTO RIBEIRÃO PALMITOS
- 4- CAMINHO DO CAMPO
- 5- ALTO RIBEIRÃO FAXINAL
- 6- SABUGUEIRO
- 7- CINCO LOTES
- 8- COLÔNIA SADLOWSKI
- 9- VARANEIRA
- 10- SERRA DA ABELHA I
- 11- SERRA DA ABELHA II
- 12- CAMPO LENÇOL
- 13- SANTA CRUZ DOS PINHAIS
- 14- RIBEIRÃO DO TIGRE

- 15- SALTO DOLLMANN
- 16- SERRINHA
- 17- GABIROBA
- 18- RIBEIRÃO ABELHINHA
- 19- PACA
- 20- RIO DENECKE I
- 21- RIO DENECKE II
- 22- RIBEIRÃO DAS FRUTAS
- 23- ALTO RIO BRUNO
- 24- BARRA DA PRATA
- 25- RIO BRUNO
- 26- RESERVA INDÍGENA DUQUE DE CAXIAS



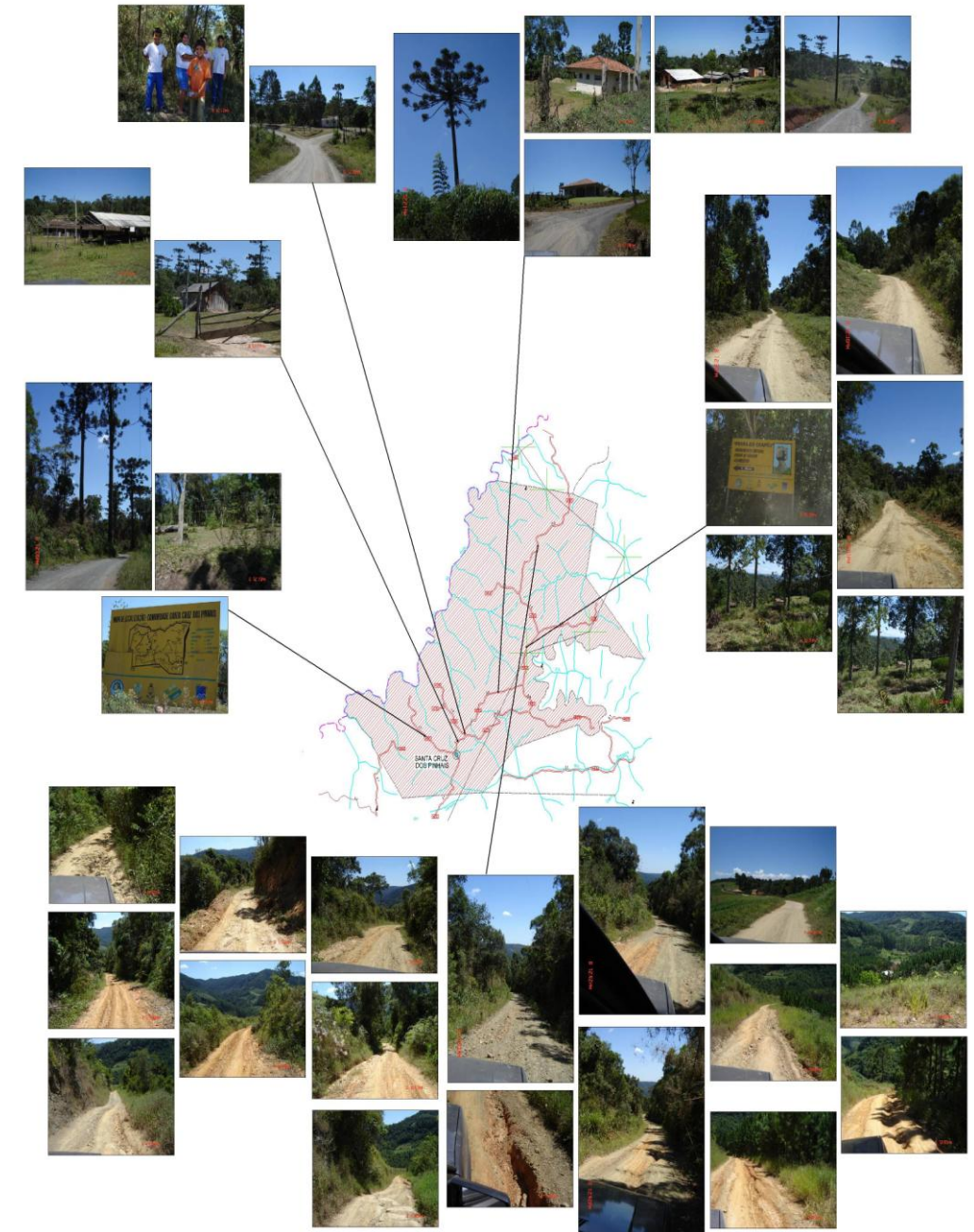
BARRA DA PRATA



RIO BRUNO

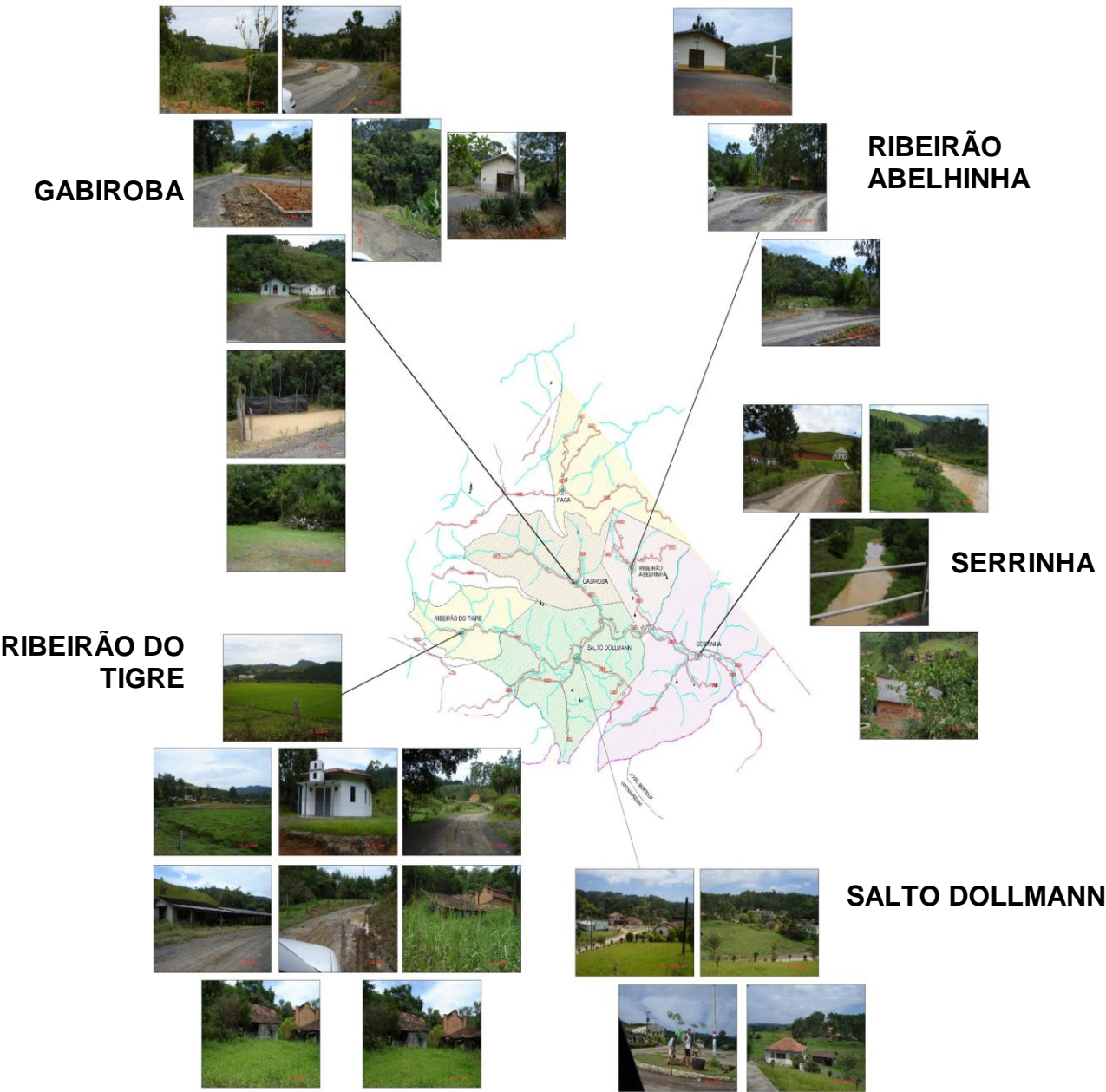
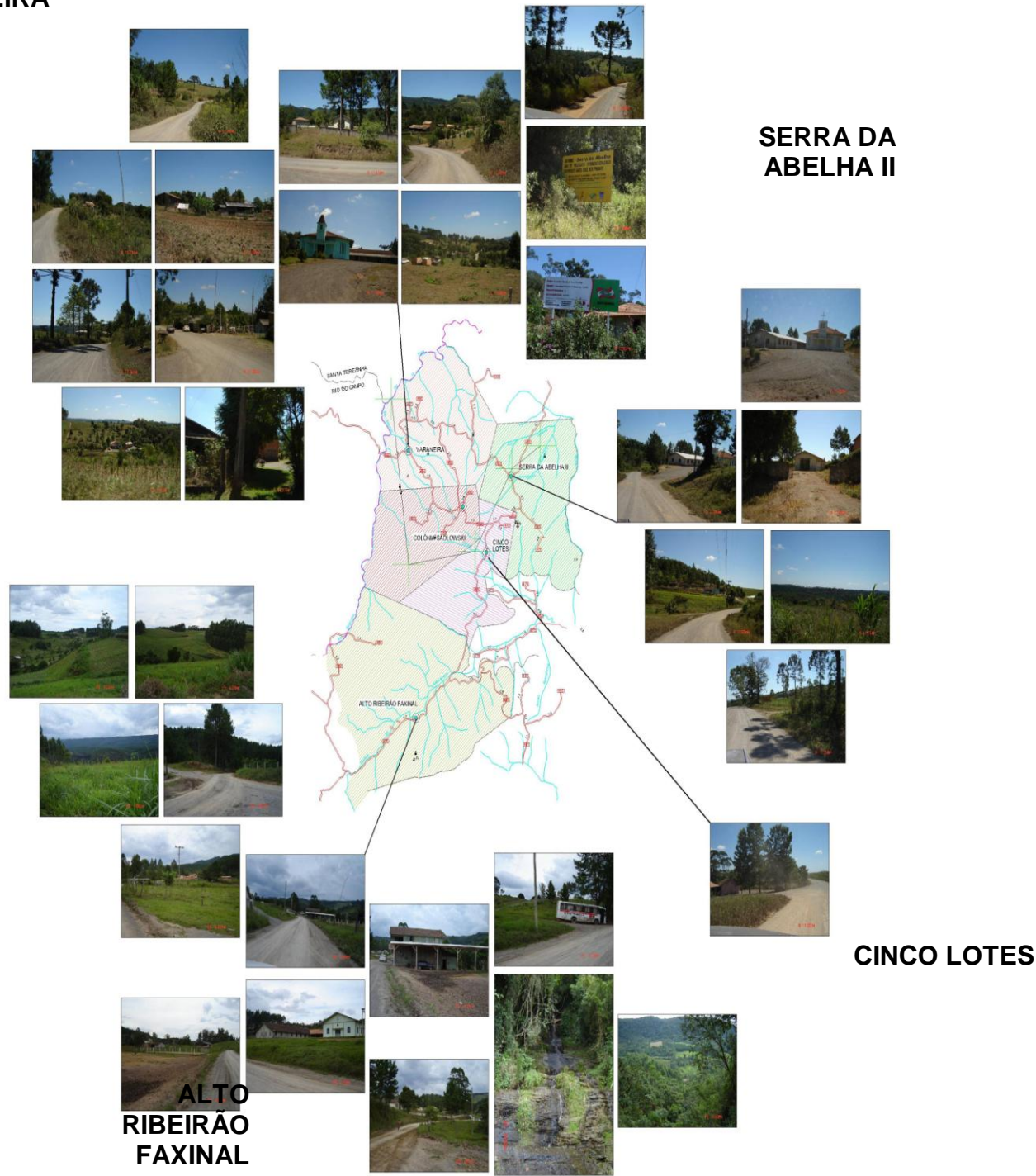


PRATINHA

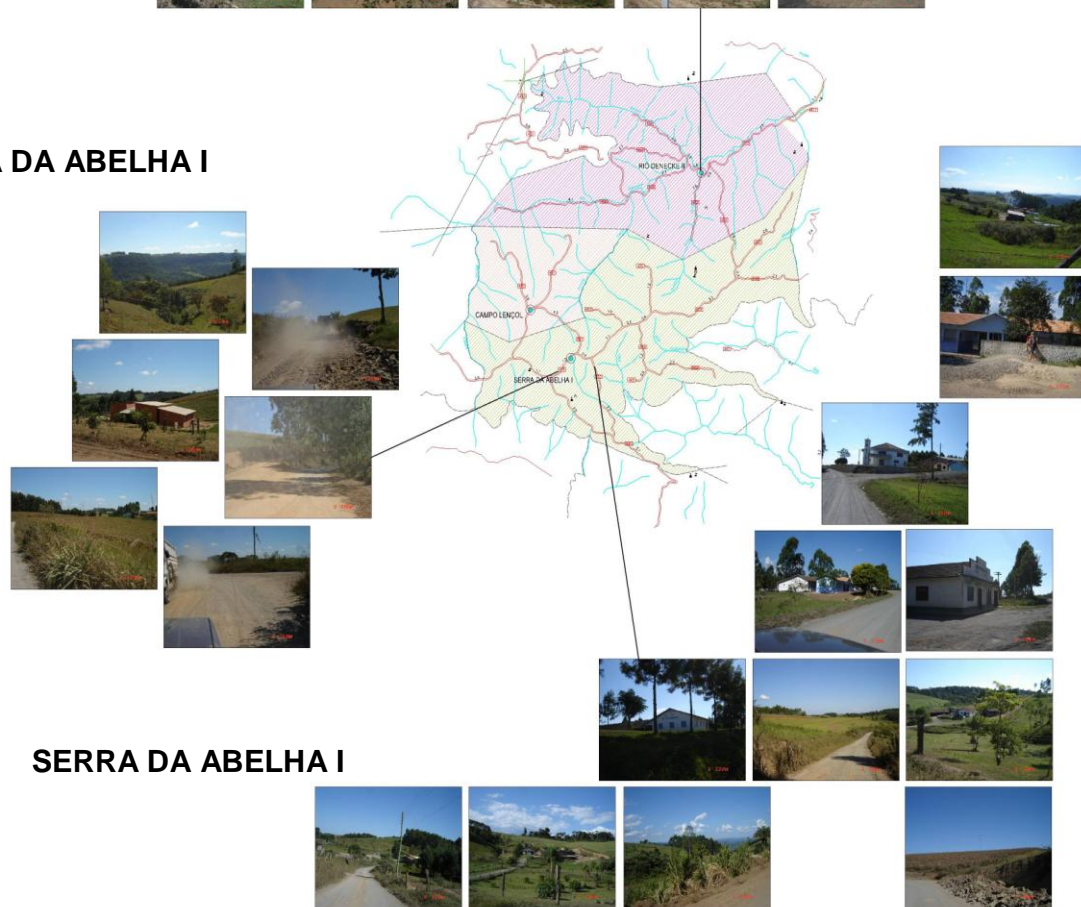


SANTA CRUZ DOS PINHAIS

VARANEIRA



SERRA DA ABELHA I



SERRA DA ABELHA I



RIO DENECKE

RIBEIRÃO DAS FRUTAS



ALTO RIBEIRÃO PALMITOS



RIO DENECKE I



LOSA



RIBEIRÃO PALMITOS

População e Taxas de Crescimento

População Feminina e Masculina			
	Total	Masculino	Feminino
1970	0	0	0
1980	0	0	0
1991	6.203	3.314	2.889
2000	5.519	2.945	2.574

Estimativa das populações residentes

2001	5.473
2002	5.442
2003	5.406
2004	5.330
2005	5.288

POPULAÇÃO URBANA

	1970	1980	1991	2000
Feminina:	0	0	217	541
Masculina:	0	0	230	557
Total:	0	0	447	1098

POPULAÇÃO RURAL

	1970	1980	1991	2000
Feminina:	0	0	2.672	2.033
Masculina:	0	0	3.084	2.388
Total:	0	0	5.756	4.421

População Residente
Os dados de População Residentes por sexo e situação de domicílio referenciam os moradores habituais em cada residência.
A quantificação se baseia nas pessoas presentes ou ausentes na data de referência.
Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000

População e Taxa de Crescimento

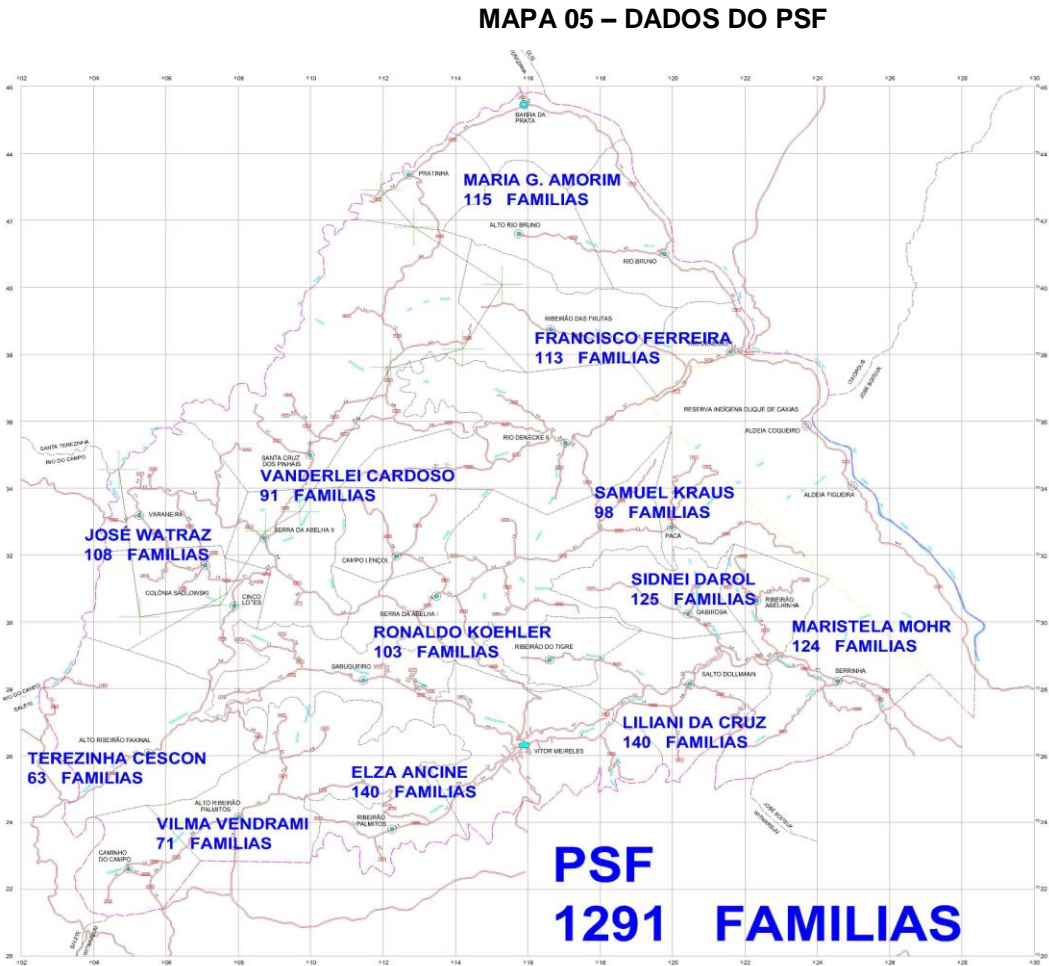
POPULAÇÃO - MICRO-POLO 02								TAXA DE CRESCIMENTO
	1991			2000			2005	1991/2005
MUNICÍPIOS	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	ESTIMATIVA	%
IBIRAMA	3.833	9.657	13.490	2.687	13.155	15.802	17.171	27,28
PRESIDENTE GETÚLIO	5.062	6.310	11.372	4.466	7.867	12.333	12.935	13,74
DONA EMMA	2.975	983	3.958	1.941	1.368	3.309	3.117	(-) 21,24
WITMARSUM	4.440	487	4.927	2.639	612	3.251	3.056	(-) 37,97
VITOR MEIRELES	4.429	447	4.876	4.421	1.098	5.519	5.288	8,44
JOSÉ BOITEUX	3.902	866	4.768	3.128	1.466	4.594	4.643	(-) 2,62

Fonte: IBGE – CENSO 2000
Obs: * Taxas de crescimento Anual baseado na Média Aritmética/ Dado não oficial

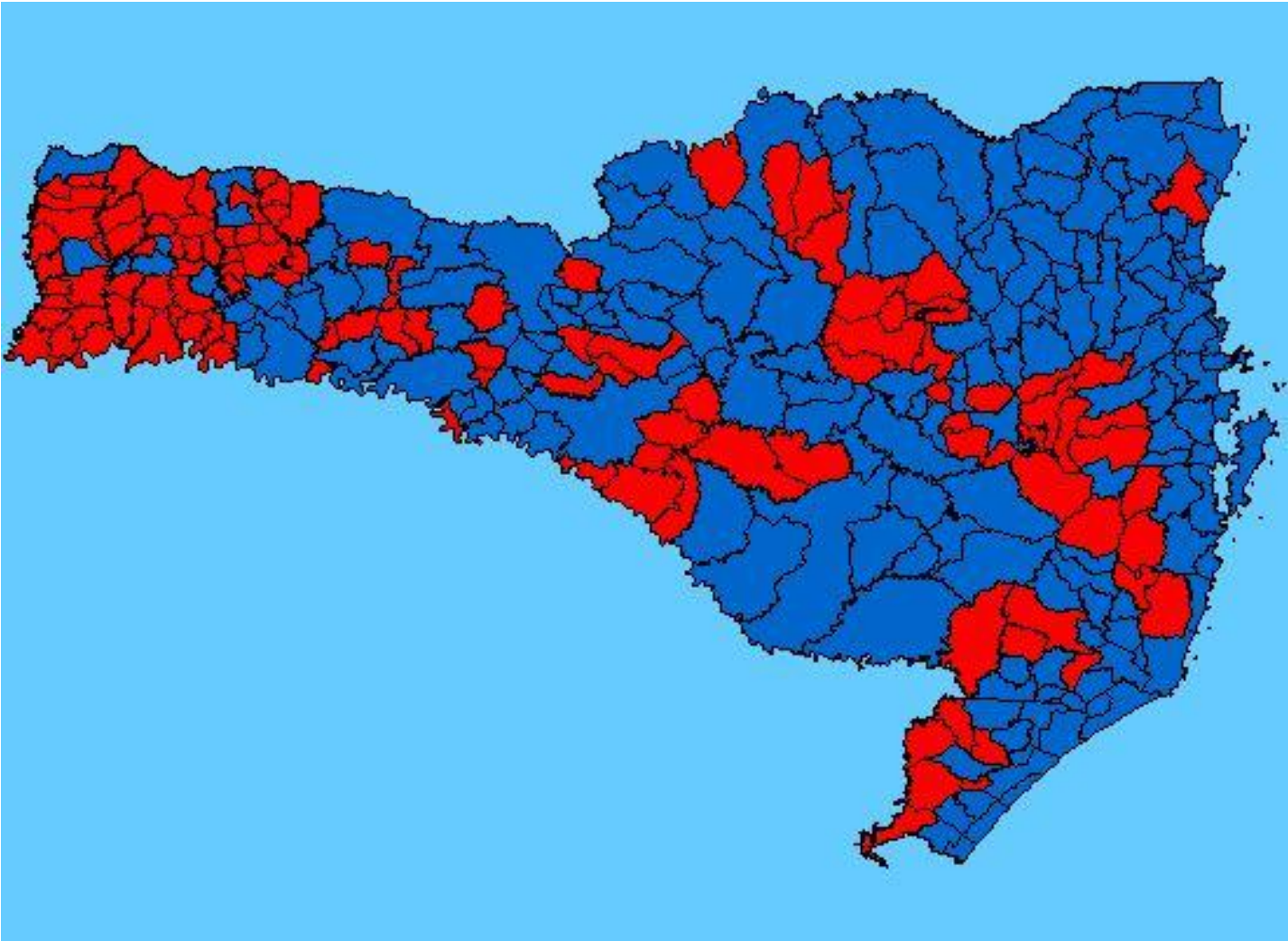
Para podermos realizar um bom Planejamento Urbano, as obras de infra-estrutura devem acompanhar, no mínimo, o ritmo de crescimento do município para evitar futuros problemas. Para isso fazemos **projeções populacionais**, para prever o número de habitantes do município, para os próximos 10 anos. (É extremamente arriscado fazer projeções populacionais para períodos superiores há 10 anos, devido à variedade de fatos naturais, políticos e econômicos que influenciam o crescimento da população).

Conforme dados do PSF de 2005, a população de Vitor Meireles está distribuída pelas comunidades conforme o Mapa 03 (mapa de localidades):

Taxa de Crescimento da População - Por Município - Período : 2000 a 2006
Fonte: www.mp.sc.gov.br



A densidade demográfica bruta municipal é de 14 hab/km².



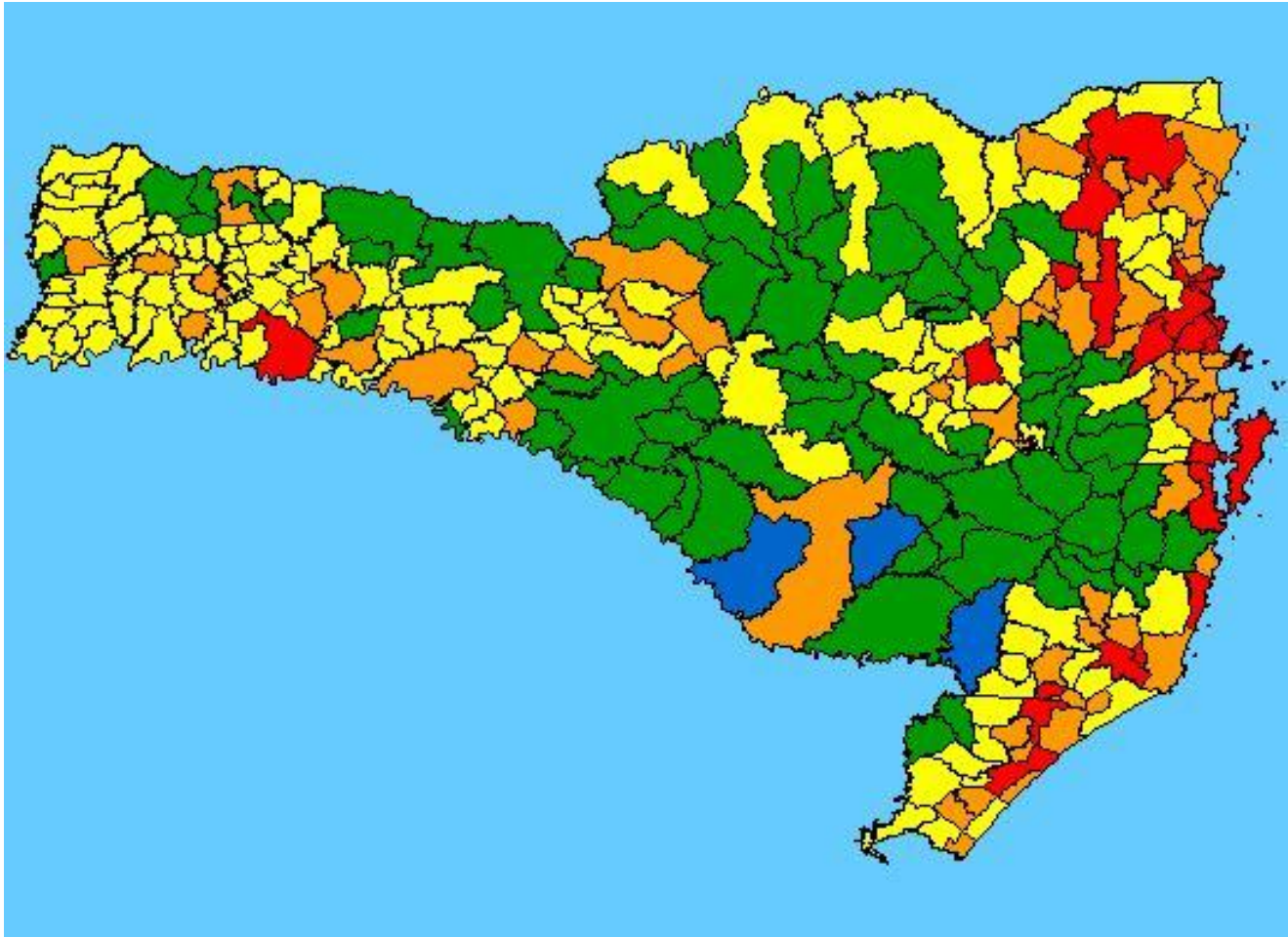
% de crescimento médio anual da população residente	
	Municípios com % de crescimento médio anual positivo
	Municípios sem % de crescimento médio anual
	Municípios com % de crescimento médio anual negativo

Posição	Município (SC)	População - 2000	População - 2006	% de crescimento médio anual 2000 - 2006
58°	Witmarsum	3.251	3.020	-1,221
62°	Dona Emma	3.309	3.082	-1,177
75°	Vitor Meireles	5.519	5.247	-0,839
124°	José Boiteux	4.594	4.652	0,209
169°	Presidente Getúlio	12.333	13.043	0,937
216°	Ibirama	15.802	17.417	1,635

Taxa de crescimento e migração nos municípios de Santa Catarina - Período : 2000 a 2006

Fonte: www.mp.sc.gov.br






Posição	Município (SC)	População - 2000	População - 2006	Diferença 2000 - 2006	% de crescimento médio anual 2000 - 2006	Nº de óbitos 2000 - 2006	Nº de nascidos vivos 2000 - 2006	Migração
58º	Witmarsum	3.251	3.020	-231	-1,221	133	288	-386
62º	Dona Emma	3.309	3.082	-227	-1,177	127	318	-418
75º	Vitor Meireles	5.519	5.247	-272	-0,839	180	596	-688
124º	José Boiteux	4.594	4.652	58	0,209	160	585	-367
169º	Presidente Getúlio	12.333	13.043	710	0,937	494	1.145	59
216º	Ibirama	15.802	17.417	1.615	1,635	658	1.519	754
NO ESTADO	5.356.360	5.958.266	601.906	-1,76	180.177	520.838	261.245	



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SC)	Município	População - 2000	População - 2006	% de crescimento médio anual 2000 - 2006
SDR - Ibirama	Apiúna	8.520	9.103	1,109
	Ascurra	6.934	7.505	1,328
	Dona Emma	3.309	3.082	-1,177
	Ibirama	15.802	17.417	1,635
	José Boiteux	4.594	4.652	0,209
	Lontras	8.381	8.975	1,148
	Presidente Getúlio	12.333	13.043	0,937
	Presidente Nereu	2.305	1.958	-2,683
	Vitor Meireles	5.519	5.247	-0,839
	Witmarsum	3.251	3.020	-1,221
	Total	70.948	74.002	0,715

Densidade Demográfica (Hab./Km²) - Ano : 2006

Fonte: www.mp.sc.gov.br

Habitantes por Km²	
	2,36 a 4,999
	5 a 19,999
	20 a 49,999
	50 a 199,999
	200 a 2.102,02

Município (SC)	Mesorregião	População	Área total	Densidade demográfica (Hab./Km²)
Dona Emma	Vale do Itajaí	3.081	181,3	16,99
Ibirama	Vale do Itajaí	17.419	246,7	70,61
José Boiteux	Vale do Itajaí	4.648	406	11,45
Presidente Getúlio	Vale do Itajaí	13.039	295,6	44,11
Vitor Meireles	Vale do Itajaí	5.247	371,8	14,11
Witmarsum	Vale do Itajaí	3.021	151,5	19,94
No Estado		5.958.295	95.443	62,43

Indicadores Sociais

Existem vários indicadores sociais que analisam o desenvolvimento e as condições humanas dos municípios, alguns a nível estadual e outros a nível nacional. Estes números, apesar da grande variação dependendo da fonte da pesquisa e do seu grau de confiabilidade, servem de base para uma análise preliminar de diversos aspectos que envolvem as administrações municipais. Além disso, podem ajudar no direcionamento de ações e investimentos nas áreas mais deficientes.

Índice de Desenvolvimento Social (IDS)

O índice de Desenvolvimento Social (IDS) é calculado baseado em indicadores econômicos (receita e PIB) e indicadores sociais (analfabetismo, evasão escolar, saneamento básico e mortalidade infantil).

A classificação do desempenho dos indicadores está distribuída em classes, onde cada município possui um conceito e índice, e contempla um valor máximo, um (1) e o pior com valor mínimo, zero (0)¹.

Segundo o IDS ano 2001, Ibirama é um município com nível de eficiência **médio**, com índice de **0, 865**, classificando-se como o **130º** do Estado em termos de desenvolvimento social.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a **longevidade** de uma população expressa pela esperança de vida; seu **grau de conhecimento**, traduzido por duas variáveis educacionais, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e a sua **renda ou PIB per capita**, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países. O índice se situa entre os valores 0 (zero) e 1 (um).

O índice de desenvolvimento humano do município de Ibirama em 2000 foi de **0,826**, sendo este índice considerado **alto** e ocupando a **39ª** posição no estado.

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** focaliza o município como unidade de análise, e tem metodologia similar à do IDH, baseado nas suas três dimensões de análise, mas com duas diferenças: primeiro, no que diz respeito à educação, uma das variáveis do IDHM é o numero médio de anos de estudo, ao passo que no IDH tem-se o nível de matrícula combinada dos três níveis de ensino; como variável da renda o IDHM utiliza a renda familiar per capita média, ao passo que o IDH utiliza o PIB per capita.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), obtido pela média aritmética simples de três subíndices referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda), indica um IDH médio para a região abaixo do nível, segundo quadro abaixo:

IDH Municipal 1999/2000

Localidade	IDH-M		IDH-M		NIVEL
	1991	Posição	2000	Posição	
Ibirama	0,748	39	0,826	38	Alto
Presidente Getúlio	0,742	52	0,81	90	Alto
Witmarsum	0,71	154	0,807	101	Alto
Dona Emma	0,692	200	0,794	158	Médio
José Boiteux	0,688	212	0,771	214	Médio
Vítor Meireles	0,694	197	0,77	216	Médio
Santa Catarina	0,748		0,822		Alto

IDH-M Educação: Subíndice do IDH-M relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola convertidas em índices
IDH-M Longevidade: Subíndice do IDH-M relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer
IDH-M Renda: Subíndice do IDH-M relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita
Nível: 0,0 a 0,499 - Baixo; 0,5 a 0,799 - Médio; 0,8 a 1,0 - Alto

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, IPEA, Fund. João Pinheiro)

Para que se pudesse aprofundar ainda mais os estudos diagnósticos sobre a vida na Região de Ibirama, foram utilizados dados do *Atlas da Exclusão Social no Brasil* ^(***), que especificam as condições sociais de todos os municípios brasileiros. Por intermédio de oito variáveis, a obra estabelece um *ranking* da exclusão social no Brasil, classificando os municípios segundo os índices sociais apresentados – dos melhores para os piores índices.

As variáveis que foram tomadas como referências para o estudo da exclusão social nos municípios são as seguintes:

- **pobreza:** representando o índice que mostra a intensidade da participação, em relação à população total, de chefes de família com rendimentos abaixo da linha que define a pobreza;
- **juventude:** é o índice que indica a participação de cidadãos com até 19 anos de idade no total da população;
- **alfabetização:** é o índice que explica a aferição da existência de analfabetismo entre os chefes de famílias;
- **escolaridade:** o índice indicador do nível de instrução dos chefes de família comparado com o da população total;

^(***) O *Atlas da Exclusão Social no Brasil* é um estudo organizado por Marcio Pochmann e Ricardo Amorim, publicado em São Paulo pela Cortez Editora no ano de 2003.

¹² Fonte: SDS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável

- **emprego formal:** indica a participação dos assalariados em ocupações formais no total da população em idade ativa;
- **violência:** é o resultado da aferição do número de homicídios por cem mil habitantes;
- **desigualdade:** indicando o grau de desequilíbrio entre os chefes de família de grupos familiares situados nos extremos da distribuição de renda; e
- **exclusão social:** representando a síntese de todos os outros sete índices utilizados no estudo.

A partir desses índices é feita uma classificação dos municípios quanto à sua posição no *ranking* da exclusão social no Brasil, situando-os das melhores para as piores condições sociais. Importante lembrar que os índices de exclusão social sintetizam as condições que impedem ou dificultam o estabelecimento ou a manutenção de padrões dignos de vida. A extensão dos níveis de emprego, renda, alfabetização, escolarização de jovens em relação à população total e do número de homicídios vai indicar os padrões de dignidade em que vivem as pessoas.

Conforme comentário no item anterior, os índices – no intervalo entre zero e um – próximos de 1 (um) representam condições mais dignas de vida ou de inclusão social; à medida que vão se aproximando de zero a situação se inverte, isto é, indicam condições socioeconômicas que condicionam a existência de baixos padrões de vida ou de exclusão social. No intervalo de zero a um existem quatro estamentos classificatórios que são:

<i>Ordem dos Estamentos</i>	<i>Extensão dos Intervalos</i>	<i>Classificação dos Estamentos</i>
1º	0,00 - 0,40	Inferior
2º	0,41 - 0,50	Insatisfatório
3º	0,51 - 0,60	Satisfatório
4º	0,61 - 1,00	Superior

O significado de cada estamento de classificação está ligado à existência, em maior ou menor intensidade, de condições que reduzem a qualidade de vida, submetendo as pessoas a conviverem com situações de pobreza, violência, baixa escolarização e renda insuficiente para sua manutenção básica.

<i>Estamento de Classificação</i>	<i>Significado dos Estamentos</i>
1º. Inferior	Alta predominância de fatores que provocam condições indignas de vida – <i>exclusão social máxima</i>
2º. Insatisfatório	Predominância elevada de fatores que levam à exclusão social, mas com tendência de redução. É a condição que indica o limiar entre a inferioridade e as condições satisfatórias. Ou seja, as pessoas convivem, ao mesmo tempo, com fatores altamente negativos e com outros considerados satisfatórios – <i>exclusão social moderada</i>
3º. Satisfatório	Presença maior de fatores positivos em relação aos negativos,

indicando boas condições de vida e tendência de melhora – *inclusão social média*

4º. Superior Alta predominância de fatores que produzem condições dignas de vida – *inclusão social máxima*

O quadro a seguir mostra os fatores que interferem no padrão de vida nos dez municípios da Região de Ibirama, expressos por índices. A partir da associação entre eles, cada um dos municípios é classificado e posicionado no *ranking* nacional.

Índices de Exclusão Social na Região de Ibirama – 2000

<i>Municípios da Região de Ibirama</i>	<i>Posição Ranking Nacional</i>	<i>Pobreza</i>	<i>juventud e</i>	<i>Alfabeti-zação</i>	<i>Escolari-dade</i>	<i>Emprego Formal</i>	<i>Violência</i>	<i>Desigual-dade</i>	<i>Exclusão Social</i>
Ibirama	263º	0,769	0,724	0,911	0,562	0,319	1,000	0,115	0,593
Presidente Getúlio	267º	0,765	0,759	0,919	0,557	0,270	1,000	0,132	0,593
Ascurra	265º	0,772	0,757	0,909	0,569	0,334	0,949	0,104	0,593
Dona Emma	995º	0,642	0,704	0,908	0,511	0,185	1,000	0,056	0,529
Witmarsum	1361º	0,617	0,683	0,896	0,486	0,114	1,000	0,073	0,509
José Boiteux	1687º	0,654	0,578	0,848	0,429	0,107	1,000	0,110	0,493
Vitor Meireles	1926º	0,652	0,561	0,867	0,432	0,094	0,931	0,130	0,482

Os municípios da região apresentam índices elevados, portanto positivos, nos fatores – indicadores – relacionados à pobreza, juventude, alfabetização e violência. Nesses três fatores, apenas três municípios – José Boiteux, Vitor Meireles e Presidente Nereu– estão situados no terceiro estamento – *satisfatório*. Os dois primeiros no fator juventude e o último no fator pobreza. Pode-se concluir que, de acordo os índices, esses fatores concorrem para a elevação das condições de vida na região.

No indicador *escolaridade*, que mede o nível de instrução dos chefes de família, em relação à população total, as condições se apresentam deficientes. Cinco municípios posicionam-se na classificação *insatisfatório*; e os demais na posição *satisfatório*.

Ao se analisar os fatores *emprego formal* e *desigualdade* verifica-se que a região tem sério *déficit* nestes indicadores de exclusão social. No caso do fator *emprego formal*, todos os municípios estão no estamento inferior. Ressalte-se que alguns municípios chegam a se aproximar de zero como Vitor Meireles e Presidente Nereu

Quanto ao indicador *desigualdade*, as condições negativas estão presentes em todos os municípios da região. Os dez municípios apresentam indicadores com classificação inferior, ou seja, não atingem o índice de 0,40 no intervalo de 0,00 a 0,40. Isto demonstra o excessivo desequilíbrio na renda das pessoas residentes na região e o conseqüente distanciamento entre os que ganham mais e os que ganham menos. Evidentemente, essa condição de renda revela a sociologia dicotômica que vai se consolidando entre os grupos populacionais da região, como também a disfuncionalidade na gestão dos processos de trabalho e na formulação e implantação de políticas para o desenvolvimento local e regional.

Para se analisar com mais profundidade as condições de vida na Região de Ibirama, há que se comparar sua posição com a dos vinte municípios brasileiros que estão entre os de menor e de maior grau de exclusão social. Assim, será possível verificar qual a situação dos municípios da região, considerando-se a realidade brasileira no que se refere aos padrões de vida das populações.

**Índices de Exclusão Social na Região de Ibirama
e nos Vinte Municípios Brasileiros com Menor e Maior Exclusão Social**

Municípios da Região de Ibirama	Índices de Exclusão Social	Municípios Brasileiros			
		Municípios com Menores Índices de Exclusão Social	Índices de Exclusão Social	Municípios com Maiores Índices de Exclusão Social	Índices de Exclusão Social
		1º S. Caetano do Sul (SP)	0,864	5507º Jordão (AC)	0,230
Ibirama	0,593	2º Águas de São Pedro (SP)	0,835	5506º Guajará (AM)	0,242
Presidente Getúlio	0,593	3º Florianópolis (SC)	0,815	5505º Belágua (MA)	0,243
Dona Emma	0,529	5º Niterói (RJ)	0,763	5503º Alto Alegre (RR)	0,249
Witmarsum	0,509	8º Vitória (ES)	0,752	5500º Envira (AM)	0,250
José Boiteux	0,493	9º Curitiba (PR)	0,730	5499º Marechal Thaumaturgo (AC)	0,254
Vitor Meireles	0,482	10º Vinhedo (SP)	0,720	5498º Jutai (AM)	0,255

Aspectos Conclusivos sobre a Vida na Região de Ibirama

Considerando-se as indicações que são expressas pelos dados secundários colhidos nesta primeira parte do diagnóstico, é possível relacionar alguns aspectos conclusivos para posterior utilização na formulação do plano de desenvolvimento regional.

Fica evidente que a vida na Região de Ibirama tem, em média, condições satisfatórias, portanto, com predominância de fatores socioeconômicos que condicionam a inclusão social e, com isso, as tendências para a elevação dos padrões de vida. Entre os seus dez municípios, sete situam-se no estamento satisfatório de classificação, indicando inclusão social média e três apresentam condições de exclusão social moderada – estamento insatisfatório.

Pode-se concluir que a vida na região tende para padrões satisfatórios de inclusão social. Entretanto, a análise dos dados revela um aspecto importante que deverá ser considerado no plano de desenvolvimento regional; trata-se da coexistência de duas forças que se colocam contrapostas no contexto de vida das pessoas residentes na região. Existem dois conjuntos contrários de fatores, cuja dinâmica entre eles vai determinar a tendência futura do desenvolvimento e das condições de vida. Essas forças de impulso e restrição podem ser sintetizadas assim:

<u>Forças Positivas</u>
1. Baixos índices de pobreza
2. Baixos índices de violência
3. Crescimento do PIB per capita
4. Baixo coeficiente de mortalidade infantil, abaixo do valor médio do estado
5. Alto índice de alfabetização
6. Baixos índices de pessoas sem renda suficiente em relação à população total
7. Infra-estrutura satisfatória quanto aos serviços de atendimento à saúde
8. Não apresenta um forte grau de concentração de terra
9. Expansão de novas atividades como a produção orgânica e o turismo rural

<u>Forças Negativas</u>
1. Altos índices de desigualdade entre os que ganham mais e os que ganham menos
2. Reduzidos índices de emprego formal
3. Baixos índices de escolarização
4. Taxa de analfabetismo bem acima da média estadual
4. Alta concentração, na zona rural, de pessoas sem renda suficiente
5. Elevados níveis de precariedade nos serviços de saneamento básico
6. Renda per capita abaixo do valor médio da renda <i>per capita</i> no Brasil
7. Concentração das atividades econômicas em dois municípios

Esses conjuntos de forças serão utilizados, na formulação do plano de desenvolvimento regional, como indicadores para a programação de ações concretas. A ação interveniente do plano será no sentido de fazer com que a dinâmica entre as forças se movimente no sentido de ampliar os fatores positivos e, assim, consolidar as tendências já presentes entre os municípios da região, qual seja: melhoria nos padrões de vida das pessoas e redução dos índices de exclusão social.

Desenvolvimento Social

Em relação à mortalidade infantil, a região de Ibirama apresenta índices bem menores quando comparado ao Brasil ou mesmo ao estado de Santa Catarina. Enquanto no estado de Santa Catarina a média de mortalidade de crianças com até um ano de idade, por mil nascidas, era de 13,4%, em 2002, na Região de Ibirama era de 7,58 %, sendo que os maiores índices de mortalidade infantil encontram-se nos municípios de Dona Emma e José Boiteux, conforme quadro abaixo:

Taxa de mortalidade infantil menor de um ano,segundo o estado, região e municípios – 1997/2003

Unidade da Federação, Região e Município	Taxa de mortalidade infantil menor de um ano,segundo o estado, região e municípios – 1997/2003 (óbitos por mil nascido vivos)						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Dona Emma	70,18	31,25	43,48	-	17,24	-	37,74
Ibirama	10,17	15,94	24,65	35,21	15,94	14,87	12,82
José Boiteux	8,26	51,02	24,00	-	10,10	-	32,97
Presidente Getúlio	35,53	16,22	19,80	4,78	9,57	5,71	21,74
Vitor Meireles	16,67	38,46	8,77	48,54	38,10	10,99	-
Witmarsum	-	57,14	-	-	-	-	-
SDR Ibirama	18,04	27,53	16,23	2,39	12,57	8,35	7,58
Santa Catarina	17,52	17,15	16,33	15,63	15,56	15,21	13,40

Fonte: Secretaria de Estado da saúde - SC

Ensino fundamental – taxa de aprovação e de evasão escolar – 2000

Taxa de alfabetização de adultos – 2000

Localidade	Taxa de Aprovação Total (%)	Taxa de Evasão total (%)	Taxa de alfabetização de adultos(1)	Analfabetismo(%)
Dona Emma	91,39	2,83	94,01	7,13
Ibirama	91,32	0,77	94,35	7,56
José Boiteux	86,91	7,33	88,82	13,74
Presidente Getúlio	93,64	1,35	95,83	5,72
Vitor Meireles	91,47	2,83	90,25	11,74
Witmarsum	82,14	2,68	94,54	15,93
Região de Ibirama	91,077	3,003	92,095	10,40
Estado de SC	-	-	-	7,40

Fonte SDE – Anuário Estatístico de Santa Catarina 2000 e IPEA/Pnud/Fundação João Pinheiro

Analfabetismo: Percentual de pessoas de 25 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um bilhete simples

(1) Acima de 15 anos de idade

Indicadores de Qualidade de Vida nos Municípios da Região de Ibirama– 2000

Municípios	Indicadores		
	Coeficiente de Mortalidade Infantil (1)	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica(2)	Esperança de Vida ao Nascer (Em Anos)
Dona Emma	17,3	0,89	73,3
Ibirama	11,6	0,90	76,0
José Boiteux	18,6	0,85	72,8
Presidente Getúlio	17,6	0,90	73,2
Vitor Meireles	18,6	0,84	72,8
Witmarsum	9,9	0,88	76,9
Brasil	34,8 (3)	95,7 (4)	68,4 (5)

(1) Óbitos por mil nascidos vivos, até um ano de vida – 2002

(2) O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é Calculado a partir de 14 indicadores que contemplam a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Pode variar de zero (pior) a um (melhor). Nível: 0,00 a 0,69 - Baixo; 0,70 a 0,79 - Médio Baixo; 0,80 a 0,89 - Médio; 0,90 a 0,94 - Médio Alto; 0,94 a 1,00 - Alto

(3) IBGE – 1999

(4) IBGE – 2000

(5) IBGE - 1999

Economia

Estrutura Fundiária

O desenvolvimento econômico da Região está em grande medida relacionado ao setor primário, particularmente o agropecuário, caracterizando-se pela predominância de pequenas unidades familiares de produção agrícola diversificada. A estrutura fundiária da região não apresenta um forte grau de concentração da terra.

Estrutura Fundiária – número de estabelecimentos por tamanho - 1995

Localidade	Menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 500 ha	500 ou mais ha	Total de estabelecimentos
Dona Emma	72	171	208	28	7	3	489
Ibirama	133	148	199	37	6	-	523
José Boiteux	159	186	155	31	9	1	541
Presidente Getúlio	243	384	373	50	6	-	1.056
Vitor Meireles	162	241	373	56	16	3	851
Witmarsum	111	231	228	31	5	-	606
Região de Ibirama	1.572	1.957	2.213	360	109	25	6.236
Estado de Santa Catarina	72.462	60.051	49.865	12.120	7.314	1.535	203.347

Fonte: ICEPA, Caracterização regional, 2003

Observa-se ainda, na Região de Ibirama, um amplo predomínio da categoria dos agricultores proprietários sobre as demais.

Condição do produtor de acordo com o número de estabelecimentos- 1995

Localidade	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Total de estabelecimentos
Região de Ibirama	5.324	359	78	475	6.235
Estado de Santa Catarina	171.498	12.114	6.131	13.604	203.247

Fonte: ICEPA, Caracterização regional, 2003

Existe significativa concentração industrial na região, visto que, das 429 indústrias, 121 estão instaladas no município de Ibirama e 76 no município de Presidente Getúlio, o que representa 45,92 % do total. O mesmo ocorre com as demais categorias, bem como em relação ao número de emprego.

Nº de Estabelecimentos e de Emprego na Região e no Município de Ibirama

Localidade	Estabelecimento por Categoria							Nº de empregos						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	% de Concentração	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	% de Concentração
Região de Ibirama	429	16	428	309	61	1.243	49,23	9.503	69	1.446	2.609	127	13.754	50,31
Município de Ibirama	121	4	140	100	4	369		3.132	9	426	588	5	4.160	
Município de Presidente Getúlio	76	3	88	71	5	243		1.952	19	293	488	9	2.761	

Fonte: ICEPA, Caracterização regional, 2003

Pelos percentuais comparativos entre os municípios e a Região de Ibirama, quanto ao número de estabelecimentos e de empregos, torna-se evidente a importância dos municípios supracitados na economia regional. Mais da metade de todos os postos de trabalho e dos empregos está nos municípios de Ibirama e Presidente Getúlio. Existem, pois, dois centros econômicos na região, pelo qual se movimenta boa parte do comércio e das finanças, conforme indicam os dados relacionados a seguir.

Vendas Líquidas da Indústria e do Comércio na Região e nos Municípios de Ibirama e Presidente Getúlio

Localidades	Atividades Econômicas em R\$ 1,00		
	Indústria	Comércio	Total
Região de Ibirama	459.352.150	160.467.266	619.819.416
Município de Ibirama	109.273.985	41.985.652	151.259.637
Município de Presidente Getúlio	181.481.256	25.476.415	206.957.671
% do Município em Relação à Região	63,30	42,4	57,79

Fonte: ICEPA, Caracterização regional, 2003

As produções agropecuária, industrial e de serviços geram recursos que constituem o Produto Interno Bruto da Região de Ibirama, expresso como PIB *per capita*. Em 2002, a região apresentava um PIB *per capita* de R\$ 6.821,30 valor que ficava abaixo da média do estado de Santa Catarina, cujo PIB era de R \$ 9.272, 00. Entretanto, no período compreendido entre 1999 e 2002, o valor do PIB per capita, na região, passou de R\$ 4.827,90 para R\$ 6. 821,30, apresentando um aumento do PIB da ordem de 41,31%, numa razão maior do que o aumento apresentado no estado de Santa Catarina que no período aumentou o seu PIB em 38,22%.

Todos os dez municípios que compõem a região de Ibirama apresentaram crescimento do PIB *per capita*.. O município de Presidente Getúlio, teve o maior crescimento, da ordem de 66, 8 %; já Ibirama apresentou o menor crescimento, da ordem de 12,69%

Produto Interno Bruto per capita, segundo Unidade da Federação e municípios que compõem a Região de Ibirama - 1999-2002

Unidade da Federação	PIB per capita R\$ 1,00 por Habitante				
	1999	2000	2001	2002	% 1999 - 2002
Santa Catarina	6 708, 00	7 844, 00	8 462, 00	9 272, 00	38,22
Municípios da Região de Ibirama	1999	2000	2001	2002	% 1999 - 2002
Dona Emma	4.248,00	4.683,00	4.556,00	5.728,00	34,84
Ibirama	5.404,00	6.491,00	6.487,00	6.090,00	12,69
José Boiteux	3.447,00	3.609,00	3.679,00	4.359,00	26,45
Presidente Getúlio	7.153,00	8.536,00	10.238,00	11.934,00	66,83
Vitor Meireles	3.586,00	4.026,00	10.230,00	5.040,00	40,55
Witmarsum	4.644,00	5.410,00	5.479,00	6.842,00	47,33

Fonte: IBGE, Produto Interno bruto dos municípios 1999-2002

MUNICÍPIO 09977 - VICTOR MEIRELES								
TIPO	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
06 AUTOMÓVEL	293	324	424	477	493	511	542	598
14 CAMINHÃO	35	40	46	45	42	43	39	48
17 CAMINHÃO TRATOR						1	3	4
23 CAMINHONETE							1	4
13 CAMIONETA	38	50	62	71	66	64	62	57
02 CICLOMOTOR				1	1	1	1	1
07 MICROÔNIBUS				1		2	3	5
04 MOTOCICLETA	101	124	174	192	208	214	244	254
03 MOTONETA								1
08 ÔNIBUS	4	4	4	5	5	5	6	6
10 REBOQUE						1	1	2
11 SEMI-REBOQUE	1	1	1	1	1	2	4	2
TOTAL MUNICÍPIO POR ANO	472	543	711	793	816	844	906	982

<http://www.detran.sc.gov.br/estatisticas/frotamunicip.htm>

POLÍCIA MILITAR

OCORRÊNCIAS DE MAIOR ÍNDICE:

- 1. PERTUBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO
- 2. EMBREAGUÊS

PRINCIPAIS FATORES DE CONFLITO

- 1. EXAGERADO USO DE BEBIDA ALCOÓLICA

PRINCIPAIS LOCAIS DE CONFLITO

- 1. BARRA DA PRATA
- 2. DENECKE I
- 3. VARANEIRA
- 4. CENTRO

GERADORES DE CONFLITO

- 1. MUNICIPES
- 2. PESSOAS DA RESERVA DUQUE DE CAXIAS

NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Indicadores		Masculino	Feminino	Total
Total das Atividades		241	261	502
Extrativa Mineral		0	0	0
Indústria de Transformação		93	148	241
Serviços Industriais de Utilidade Pública		3	1	4
Construção Civil		0	0	0
Comércio		40	28	68
Serviços		15	32	47
Administração Pública		49	49	98
Agropecuária		41	3	44
Idade de 16 a 24 anos		89	99	188
Ocupações com maiores estoques		Masculino	Feminino	Total
CBO 763210	Costureiro na confecção em série	28	90	118
CBO 763215	Costureiro, a máquina na confecção em série	9	27	36
CBO 761815	Revisor de tecidos acabados	9	19	28
CBO 521110	Vendedor de comércio varejista	7	19	26
CBO 411005	Auxiliar de escritório, em geral	7	16	23

Fonte: RAIS/2005 - MTE

Infra-Estrutura - Domicílios Particulares Permanentes e Moradores Vitor Meireles - SC

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	1.308	5.477
Próprio	1.036	4.424
Próprio já quitado (a)	937	3.982
Próprio em aquisição (b)	99	442
Alugado (c)	85	333
Cedido	162	620
Cedido por empregador (d)	81	323
Cedido de outra forma (e)	81	297
Outra forma (f)	25	100

Legenda Gráfico

Fonte:IBGE/SIDRA

Infra-Estrutura - Abastecimento de Água Vitor Meireles - SC

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	1.308	5.477
Rede geral (a)	340	1.264
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	338	1.255
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	2	9
Poço ou nascente (na propriedade) (b)	904	3.940
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	868	3.779
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	20	90
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	16	71
Outra forma (c)	64	273
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	62	265
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	1	3
Outra forma - não canalizada	1	5

Legenda Gráfico

Fonte:IBGE/SIDRA

Infra-Estrutura - Esgotamento Sanitário

Vitor Meireles - SC

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	1.308	5.477
Rede geral de esgoto ou pluvial (a)	3	5
Fossa séptica (b)	621	2.549
Fossa rudimentar (c)	413	1.786
Vala	131	571
Rio, lago ou mar (d)	95	397
Outro escoadouro (e)	3	10
Não tinham banheiro nem sanitário (f)	42	159

Legenda Gráfico

Fonte:IBGE/SIDRA

Infra-Estrutura - Destino do Lixo

Vitor Meireles - SC

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	1.308	5.477
Coletado	297	1.111
Coletado por serviço de limpeza (a)	292	1.093
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b)	5	18
Queimado (c)	862	3.784
Enterrado (d)	88	341
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e)	40	164
Jogado em rio, lago ou mar (f)	7	27
Outro destino (g)	14	50

Legenda Gráfico

Fonte:IBGE/SIDRA

HOSPITAL

NÚMERO DE LEITOS	
ADULTO	14
INFANTIL	03

NÚMERO MÉDIA/MÊS DE PACIENTES ATENDIDOS	
2003	10.625
2004	13.321
2005	13.435

ORIGEM DOS PACIENTES ATENDIDOS	
DA CIDADE	95%
DEMAIS REGIÕES DO ESTADO	05%

ATENDIMENTOS NÃO DISPONIBILIZADOS E MAIS PROCURADOS	
CARDIOLOGIA	ONCOLOGIA
NEUROLOGIA	RESSONANCIA MAGNÉTICA
TOMOGRAFIA	ULTRASSOM

TRATAMENTO DE RESÍDUOS – ENCAMINHADOS PARA COLETA PÚBLICA MUNICIPAL QUE DARÁ O DESTINO ADEQUADO PARA OS DIVERSOS TIPOS	
CONTAMINADOS	SACOS LEITOSOS
PERFURO-CORTANTES	CAIXAS IDENTIFICADAS
RECICLÁVEIS	SACOS COMUNS

DELEGACIA DE POLÍCIA

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS	FURTO LESÃO CORPORAL AMEAÇA DIFAMAÇÃO
FATORES DE CONFLITO	EMBRIAGUES AMEAÇA DIFAMAÇÃO
LOCAIS DE CONFLITO	BARRA DA PRATA RIO DENECKE SALTO DOLLMANN VARANEIRA
GERADORES DE CONFLITO	PESSOAS DO MUNICÍPIO

LIGAÇÃO VIÁRIA INTERMUNICIPAL

VALE NORTE

SISTEMA VIÁRIO - MICRO-POLO 02

BR 470 - RODOVIA FEDERAL - LIGAÇÃO INTERMUNICIPAL
SC 421 - LIGAÇÃO DA BR 470 PASSANDO PELA CIDADE DE IBIRAMA - CIDADE DE
PRESIDENTE GETÚLIO - MUNICÍPIO DE DONA EMMA - MUNICÍPIO DE WITMARSUM ATÉ
A CIDADE DE VITOR MEIRELES
SC 490 - LIGAÇÃO DA SC 421 COM A CIDADE DE DONA EMMA
SC 496 - LIGAÇÃO DA CIDADE DE PRESIDENTE GETÚLIO ATÉ A LOCALIDADE DE
RIBEIRÃO FERRO

Sistema Viário Vale Norte

**ESTADO DE SANTA CATARINA - CÓPIA DIÁRIO OFICIAL – SC - Nº
17.840**

**PUBLICAÇÃO 09.03.2006 (QUINTA-FEIRA)- DECRETO NO 4.084, DE 9 DE
MARÇO DE 2006.**

Aprova o Plano Rodoviário Estadual e estabelece outras
providências.

- SC-421 Entr. BR-470 (perímetro urbano em Ibirama - km 0,0) - Entr. Acesso José Boiteux (km 11,9) – Ibirama (PUf)/Presidente Getúlio (PUi - km 12,5) - Entr. Acesso Barra Ribeirão Ferro (km 16,3) - Presidente Getúlio (PUf - km 19,1)



- Extensão total 42,9 km sendo 19,1 km dentro dos Perímetros Urbanos
- Art. 5º Até 2 (dois) anos após a publicação deste Decreto os municípios do Estado apresentarão ao DEINFRA seus Planos Rodoviários Municipais compatibilizados com o Plano Rodoviário Estadual e Plano Nacional de Viação – Sistema Rodoviário Nacional.
- Art. 6º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para definição da jurisdição das rodovias do Plano Rodoviário Estadual face às Leis Municipais que estabelecem os perímetros urbanos:
 - I - para as rodovias que atravessam perímetros urbanos, onde tanto a faixa de domínio como a faixa “*non aedificandi*” estiverem preservadas e existirem dispositivos de segurança compatíveis para tráfego de passagem, tanto nas travessias quanto nos deslocamentos longitudinais do tráfego local, a jurisdição e responsabilidade sobre esse segmento em perímetro urbano poderá continuar com o DEINFRA;
 - II – as rodovias que atravessam perímetros urbanos e têm suas condições de segurança de tráfego rodoviário em desacordo com as normas e legislação em vigor, como construções na faixa de domínio e faixa “*non aedificandi*” e acessos irregulares à pista, terão estes segmentos excluídos de pronto do Plano Rodoviário Estadual;
 - III – os segmentos de rodovias estaduais compreendidos pelo inciso acima, dentro dos perímetros urbanos legalmente estabelecidos, serão de responsabilidade da autoridade municipal que os estabeleceu, compreendidos nessa responsabilidade os serviços de conservação, liberação de acessos, policiamento e sinalização, bem como a manutenção da continuidade e segurança do tráfego;
- Art. 7º Fica estabelecida a seguinte sistemática para a estadualização de rodovias para investimentos em projetos e obras pelo DEINFRA e inclusão de novos trechos no Plano Rodoviário Estadual - PRE:
 - I - os trechos de rodovias a serem estadualizados ou incluídos no PRE deverão possuir a faixa de domínio mínima de 30,0 (trinta) metros, sendo de 15,0 (quinze) metros a partir do eixo da rodovia e faixa “*non aedificandi*” de 15,0 (quinze) metros a partir da faixa de domínio, devendo as mesmas estar definidas, delimitadas e preservadas;
 - II - apresentar as Leis com os respectivos mapas dos perímetros urbanos atingidos, além dos mapas rodoviários municipais contendo, pelo menos, as rodovias municipais, estaduais e federais dos municípios atingidos pelo trecho solicitado;



Classificação dos Rios



FONTE:
DISTÂNCIAS: MAPA TOPOLÓGICO
REDE HIDROGRÁFICA
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A.
FLS 14 e 15
CLASSE: ESTUDOS DO AUTOR

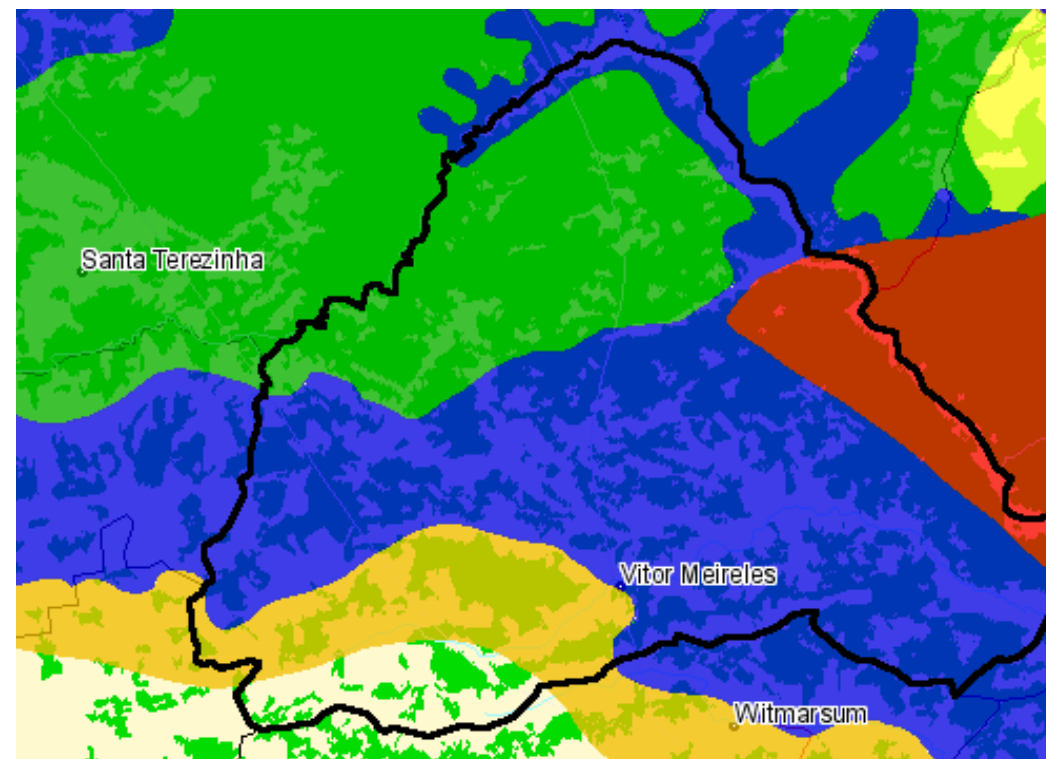
LEGENDA

XX - DISTÂNCIA DA FOZ EM km

(XX) - COMPRIMENTO DO CURSO D'ÁGUA EM km

XXX - CLASSE DO RIO

SISTEMA HÍDRICO

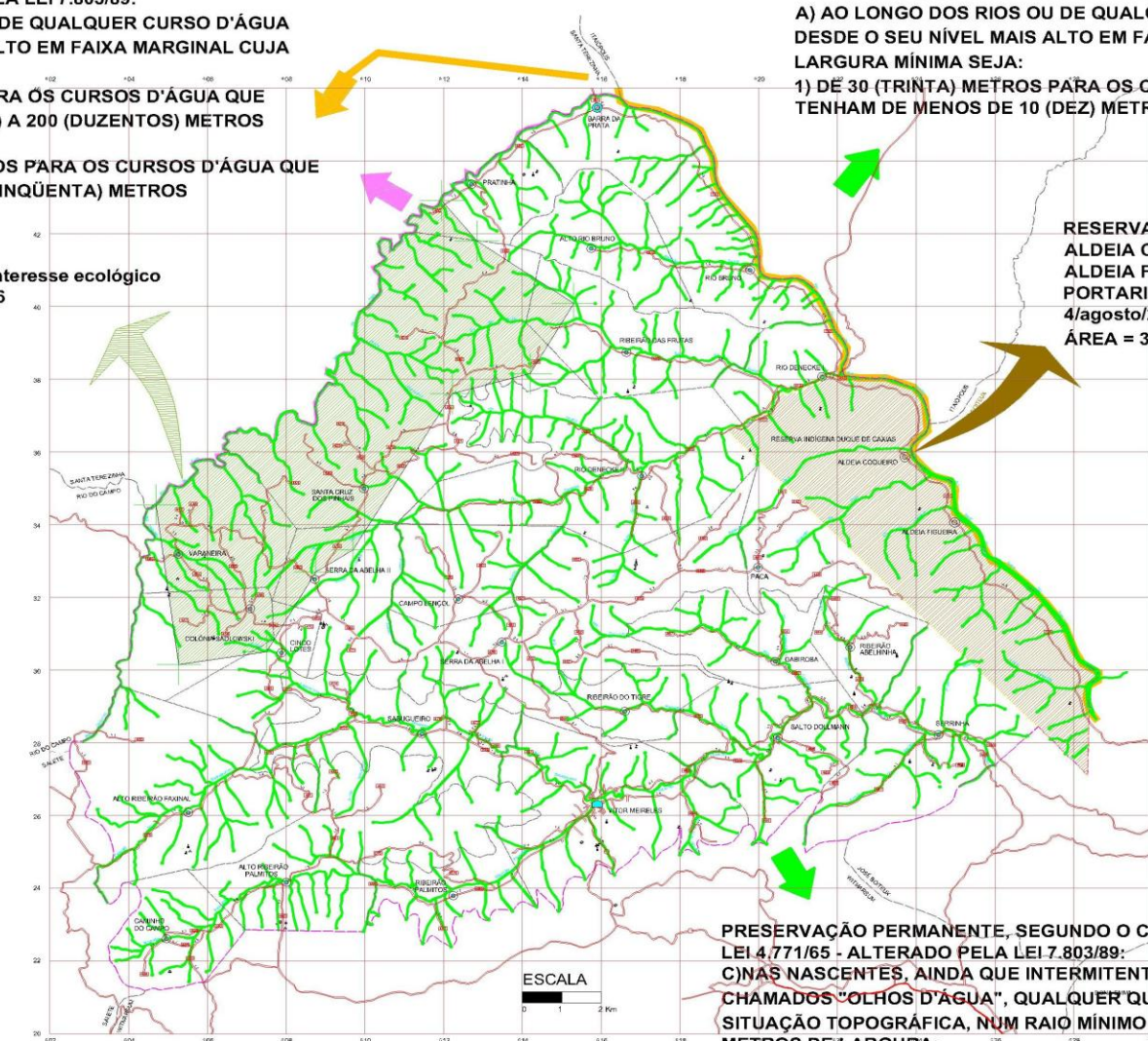


PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEGUNDO O CÓDIGO FLORESTAL LEI 4.771/65 - ALTERADO PELA LEI 7.803/89:
A) AO LONGO DOS RIOS OU DE QUALQUER CURSO D'ÁGUA DESDE O SEU NÍVEL MAIS ALTO EM FAIXA MARGINAL CUJA LARGURA MÍNIMA SEJA:
 3) DE 100 (CEM) METROS PARA OS CURSOS D'ÁGUA QUE TENHAM DE 50 (CINQUENTA) A 200 (DUZENTOS) METROS DE LARGURA;
 3) DE 50 (CINQUENTA) METROS PARA OS CURSOS D'ÁGUA QUE TENHAM DE 10 (DEZ) A 50 (CINQUENTA) METROS DE LARGURA;

ARIE - Área de relevante interesse ecológico
 DECRETO DE 28/maio/1996
 ÁREA = 50,20 Km2

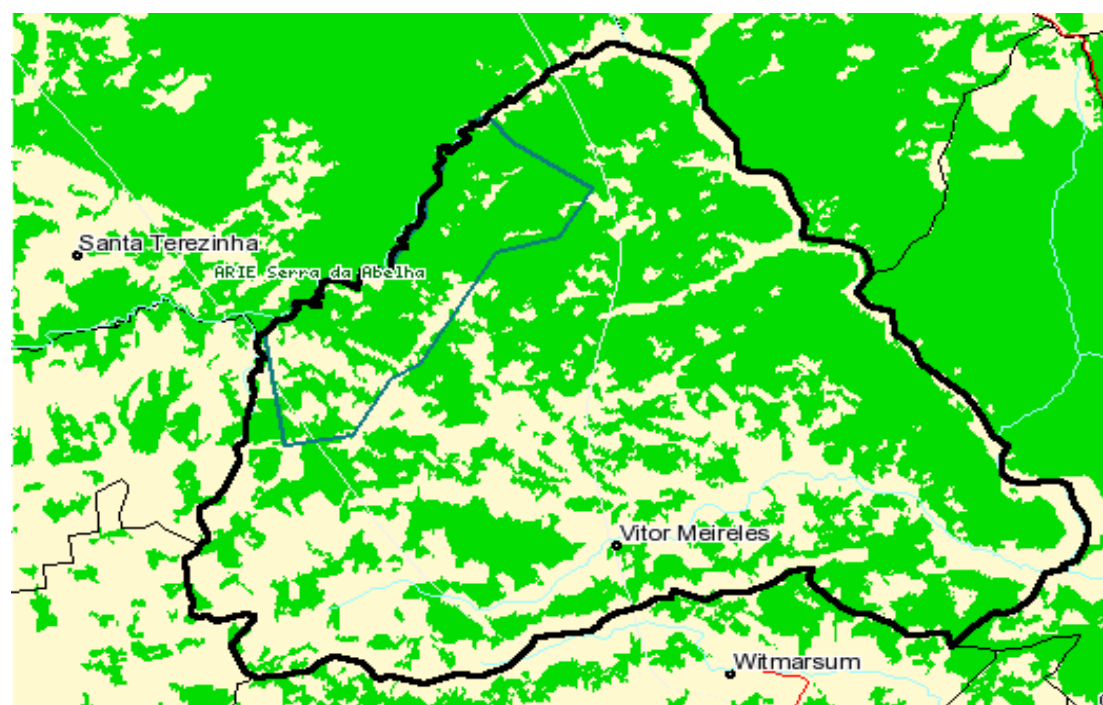
PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEGUNDO O CÓDIGO FLORESTAL LEI 4.771/65 - ALTERADO PELA LEI 7.803/89:
A) AO LONGO DOS RIOS OU DE QUALQUER CURSO D'ÁGUA DESDE O SEU NÍVEL MAIS ALTO EM FAIXA MARGINAL CUJA LARGURA MÍNIMA SEJA:
 1) DE 30 (TRINTA) METROS PARA OS CURSOS D'ÁGUA QUE TENHAM DE MENOS DE 10 (DEZ) METROS DE LARGURA;

RESERVA INDÍGENA ALDEIA COQUEIRO E ALDEIA FIGUEIRA
 PORTARIA nº 1128
 4/agosto/2003
 ÁREA = 33,48 Km2



PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEGUNDO O CÓDIGO FLORESTAL LEI 4.771/65 - ALTERADO PELA LEI 7.803/89:
C) NAS NASCENTES, AINDA QUE INTERMITENTES E NOS CHAMADOS "OLHOS D'ÁGUA", QUALQUER QUE SEJA A SUA SITUAÇÃO TOPOGRÁFICA, NUM RAIO MÍNIMO DE 50 (CONQUENTA) METROS DE LARGURA;

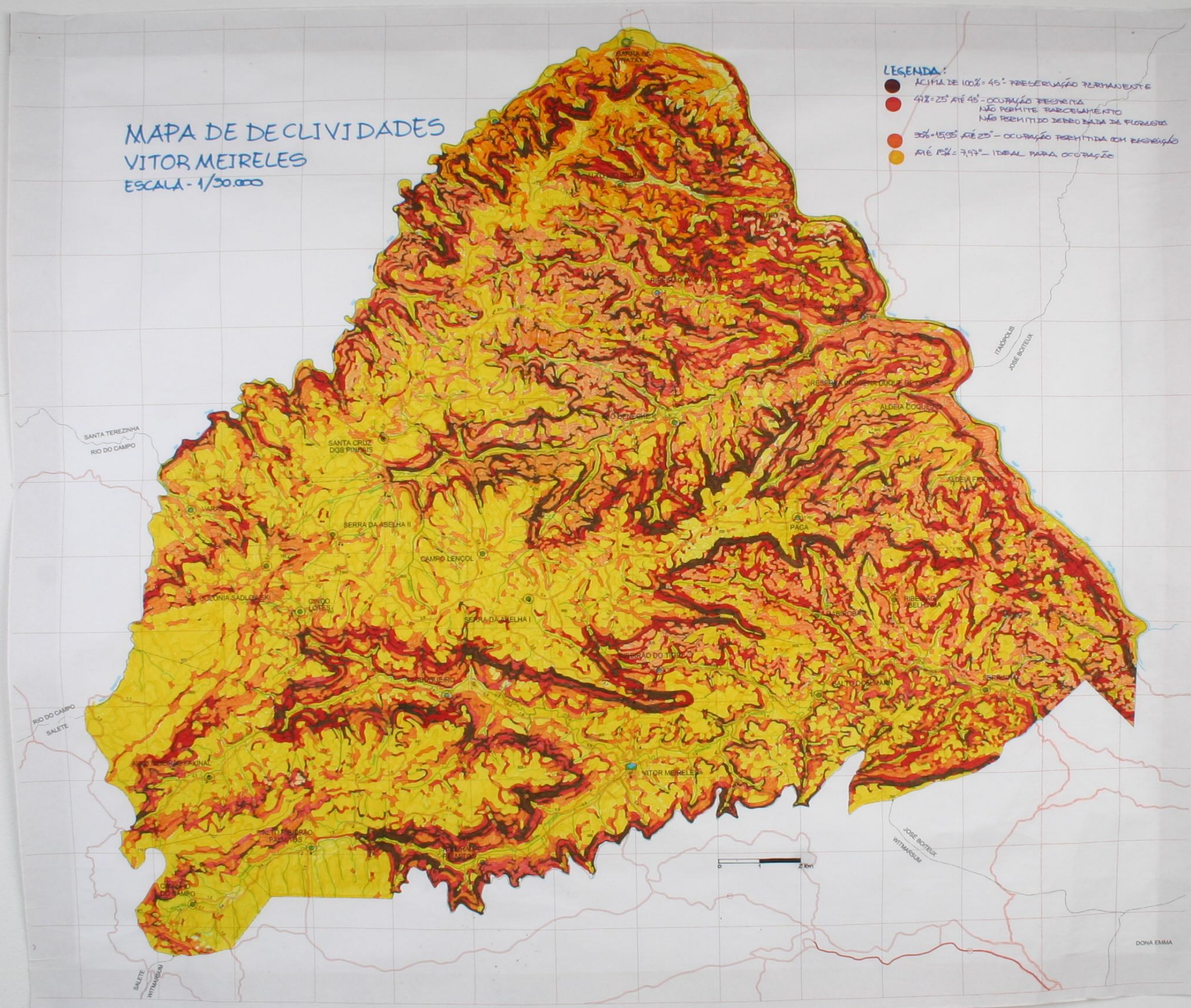
Situação atual – Meio Ambiente
 Cobertura Original da Mata Atlântica: 100% Remanescentes: 40%
 Mata: 17179 ha Mangue: 0 ha Restinga: 0 ha
 Dec Mata: 133 ha Dec Mangue: 0 ha Dec Restinga: 0 ha



Vegetação da Mata Atlântica 2002

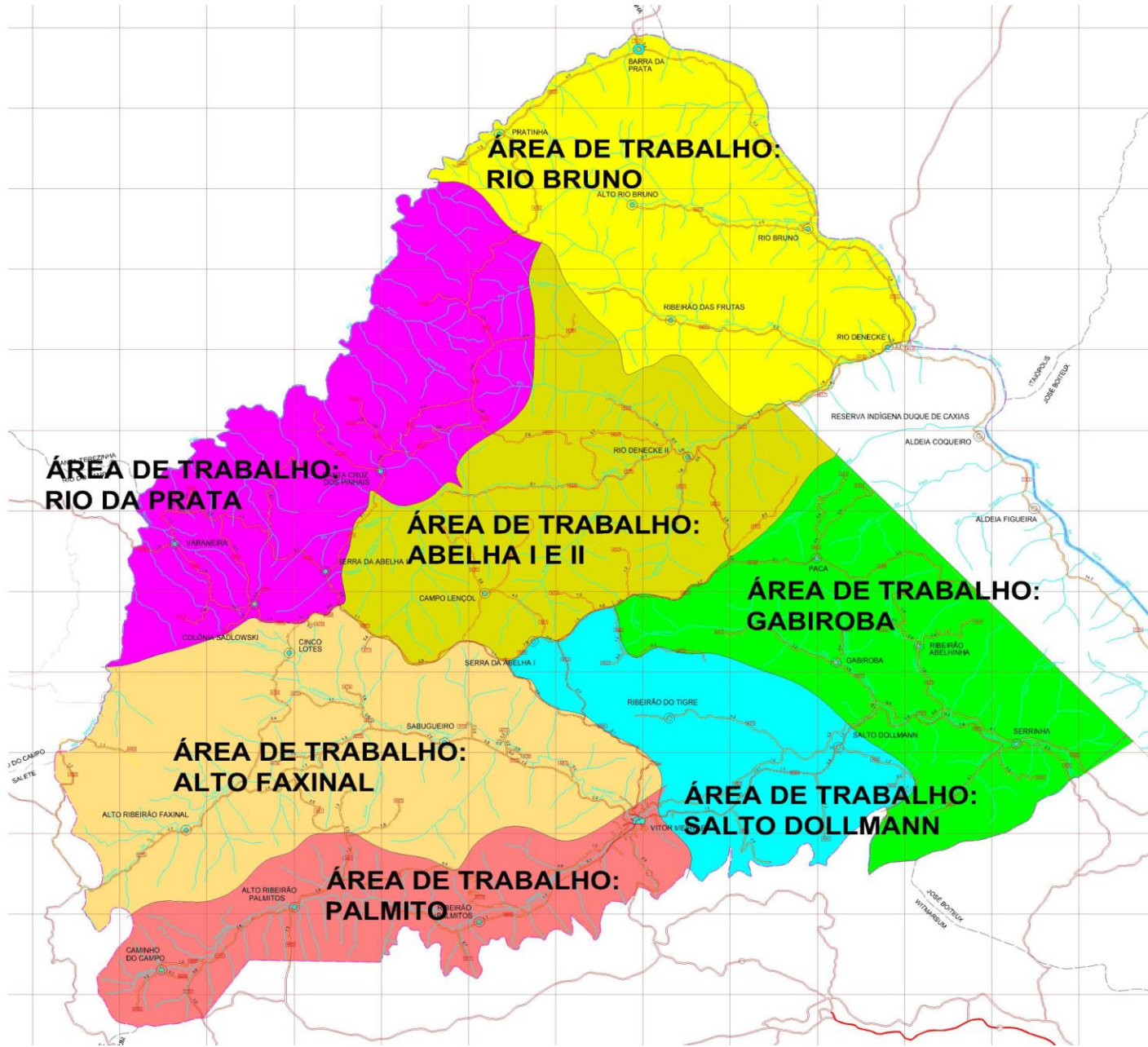
VEGETAÇÃO 2002 – SOSMATATLANTICA.COM.BR

	Transição
	Tampão
	Recuperação
	Núcleo
	Indígena
	Limites Interestaduais
	Estradas Principais
	Ferrovias
	Drenagem Principal
	Limites Municipais
	Nuvens
	Área Urbana
	Mangue
	Restinga
	Mata
	Domínio da Mata Atlântica



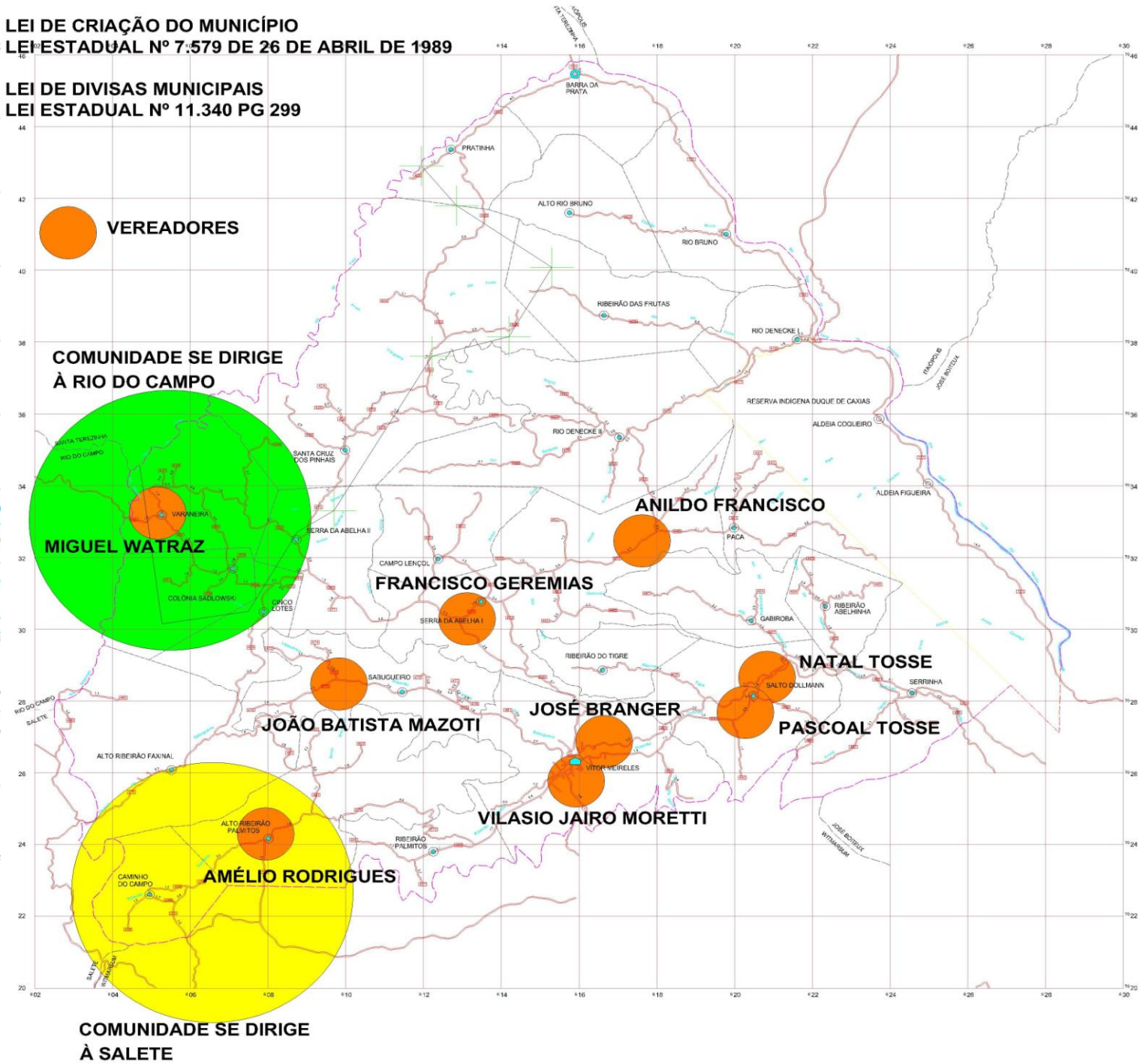
ÁREA DE TRABALHO DA EPAGRI

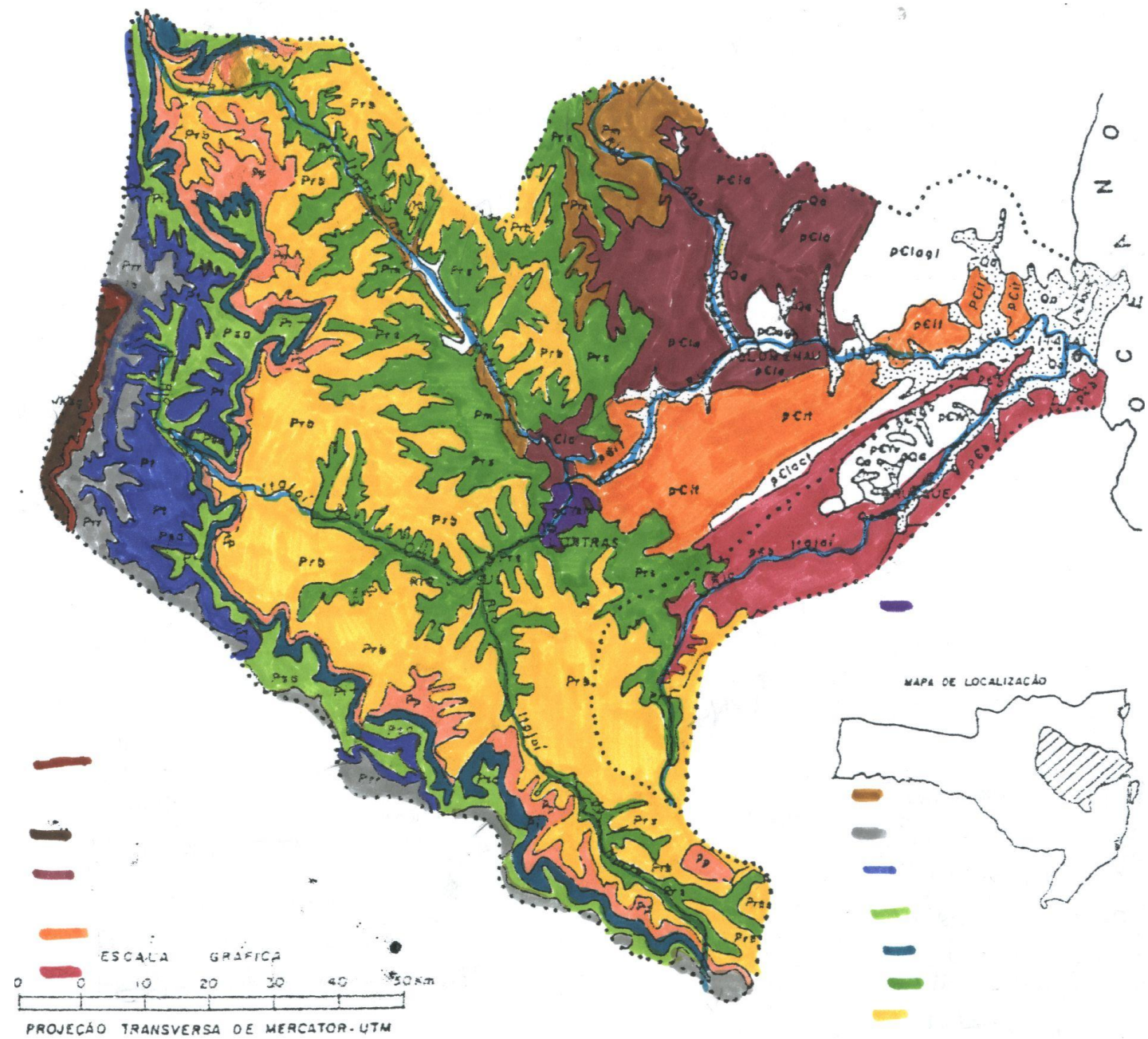
VEREADORES



LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
LEI ESTADUAL Nº 7.579 DE 26 DE ABRIL DE 1989

LEI DE DIVISAS MUNICIPAIS
LEI ESTADUAL Nº 11.340 PG 299





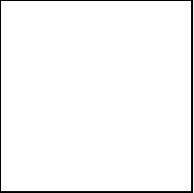
GEOLOGIA ALTO VALE

Densidade:

- FORMAÇÃO RIO BONITO
- FORMAÇÃO RIO DO SUL
- GRUPO BRUSQUE

DNPM-SC





SOBRE A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL IPTU/LIXO 2000/2006

	ANO 2001	ANO 2002	ANO 2003	ANO 2004	ANO 2005	ANO 2006
IPTU – N° de unidades Cadastradas - Edificadas						
IPTU – N° de unidades Cadastradas - Baldio						
Valores arrecadados IPTU (R\$)						
Valores gastos com recolhimento de lixo (R\$)						
Valores arrecadados com recolhimento de lixo (R\$)						

Fonte: Setor de Tributação

SOBRE LICENÇAS CONCEDIDAS 2000/2006

N°S/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO							
HABITE-SE							
PARCELAMENTOS							
DESMEMBRAMENTOS							
LOTEAMENTOS							
UNIFICAÇÃO							
TOTAL							